

# **O MUNDO DO VOLANTE**

**Trabalhadores Rurais de Cravinhos — S P, 1974**

**Lucia Helena F. de Sabóia**

**Dissertação de Mestrado  
defendida no Conjunto de  
Antropologia do Departamento  
de Ciências Sociais do IFCH —  
Universidade Estadual de Campinas  
em Agosto de 1978**

O MUNDO DO VOLANTE

Trabalhadores Rurais de Cravinhos, SP, 1974

Lúcia Helena F. de Sabóia

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Conjunto de Antropologia do Departamen  
to de Ciências Sociais - IFCH -  
Universidade Estadual de Campinas

- 1978 -

**UNICAMP**  
**BIBLIOTECA CENTRAL**

## INDICE

Introdução		01
Capítulo I	- Do Colono ao Volante	09
	- O Colonato	09
	- O Surgimento do Volante	17
Capítulo II	- O Trabalho Volante	27
	- História do Trabalho	27
	- Condições Atuais de Trabalho	34
	- O Trabalho e o Ganho	40
	- O Volante e o Registrado	45
	- O Volante e o Empreiteiro	48
	- O Volante e o Patrão	62
	- O Ganho e o Custo de Vida	65
Capítulo III	- Os Direitos e o Sindicato	78
	- Os "Direitos"	78
	- O Sindicato	85
Capítulo IV	- União: O Desejo e a Política	96
Capítulo V	- O Passado e o Presente	112

### AGRADECIMENTO

Agradeço antes de tudo aos trabalhadores rurais de Cravinhos que me receberam com tanta confiança e boa vontade apesar das horas que lhes tomei de descanso e lazer.

Ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cravinhos sou igualmente grata pela gentileza com que colocou à minha disposição o Sindicato, recebendo-me a qualquer hora ou mesmo permitindo que usasse as suas dependências para observação e entrevistas com os trabalhadores. Da mesma forma agradeço ao Secretário do Sindicato pela forma como me facilitou, com sua comunicabilidade, as conversas com os trabalhadores no Sindicato.

Pelas críticas detalhadas e paciente orientação enriquecidas pelo grande conhecimento dos problemas aqui tratados sou agradecida a Verena<sup>11</sup> Martinez-Alier, minha orientadora de tese.

A Octávio Ianni agradeço pelas críticas e sugestões feitas a relatório de pesquisa.

Agradeço ainda a Clélia Osakabe, que me introduziu junto aos trabalhadores rurais e ao Presidente do Sindicato, tudo fazendo para me facilitar o trabalho.

A Lourdinha Serra, que além de datilografar este trabalho participou da pressa das últimas horas com a maior boa vontade.

Finalmente, agradeço à Universidade Federal do Maranhão, na qual leciono, e aos colegas que através do interesse demonstrado tornaram possível a realização desta tese.

## INTRODUÇÃO

São antigas as referências a trabalhadores temporários na agricultura paulista.

Augusto Ramos diz em seu trabalho sobre o café que estes eram contratados na época da colheita quando o número de colonos não era suficiente para levá-la a cabo e, algumas vezes, nas carpas e limpas. Alguns destes trabalhadores temporários permaneciam nas fazendas quando a deficiência de colonos era contínua. Diz ainda o autor que esta não era uma solução considerada muito boa pelos proprietários pois além do trabalho sair mais caro não tinha o apuro do trabalho do colono o qual tinha maior interesse em estar bom com o patrão e em assegurar boas futuras colheitas. (1)

Estes trabalhadores residiam noutras regiões geralmente e dirigiam-se às fazendas na época da safra nelas permanecendo até o seu fim, voltando após para seus locais de origem. São as chamadas "turmas de solteiros" ou "peões".

Hoje, o trabalho temporário é substancialmente diferente deste. É posterior ao colonato e o substitui historicamente tornando-se a principal forma de organização do trabalho.

Por vários motivos não mais aceitos nas fazendas como moradores, os trabalhadores, antigos colonos e camaradas mensalistas, foram residir na periferia das cidades, continuando, no entanto, a trabalhar nas mesmas propriedades que tiveram de abandonar, não mantendo, porém qualquer relação contratual com estas propriedades.

Várias são as explicações já levantadas para o fim do colonato e o surgimento do trabalho temporário como o conhecemos hoje, sendo

as principais: decadência do café; expansão da demanda por determinados produtos e conseqüente expansão com outras culturas da área cultivada; crises econômicas que levaram à substituição do café por pastagens; desenvolvimento de uma agricultura comercial intensiva; promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural.

Com respeito às relações de trabalho as mudanças foram radicais. O contrato, oral, é feito agora em bases individuais não mais envolvendo o trabalho da família através da contratação de seu chefe. Além disso tem a duração da tarefa contratada, estando automaticamente dispensados os trabalhadores quando esta chega ao fim. Além de adaptar os gastos com mão de obra às necessidades variáveis dos cultivos no decorrer do ano agrícola, o intuito é acabar com qualquer vínculo empregatício que possa ser demonstrado entre fazendeiros e trabalhadores. Para isso utiliza-se agenciadores de mão de obra que são os que se encarregam de manter contato direto com os trabalhadores contratando-os, transportando-os para o local de trabalho, fiscalizando o serviço e pagando-os. Desta forma o fazendeiro fica aparentemente livre de responsabilidade com os trabalhadores.

São estes agenciadores chamados na região estudada de "empregadores" e os trabalhadores que agenciam chamados de "volantes" (2)

Esta pesquisa foi realizada entre trabalhadores rurais volantes do município de Cravinhos, pertencente à região de Ribeirão Preto. Fundamentalmente, o que se pretendia era apreender o que o trabalhador rural sente e pensa do trabalho como volante e como ele se coloca, individualmente e como categoria social, no relacionamento com a sociedade em geral.

Este estudo foi pensado e articulado dentro de uma temática mais abrangente envolvendo também um estudo que situa o conjunto de representações de um grupo de fazendeiros a partir das transformações ocorri-

das na agricultura da região quando da decadência e extinção do regime de colonato, em cujas propriedades os trabalhadores volantes vivem sua experiência de trabalho. (3)

Inicialmente os trabalhadores foram contratados através de apresentações feitas por uma assistente social que trabalha na Prefeitura local. A eles era apresentada como uma professora interessada em saber e escrever um livro sobre como vivem os trabalhadores rurais. Esta introdução, de resto real, pareceu bastante normal aos trabalhadores que me identificaram perfeitamente com as professoras do Grupo Escolar local.

Fui introduzida, através da assistente social mencionada, em um bairro recente na periferia da cidade cujas casas são, quase todas, de trabalhadores volantes que construíram-nas com seus próprios recursos, provenientes em alguns casos de poupanças conseguidas no passado através do trabalho como meeiros, noutros da venda de um pequeno pedaço de terra e, em sua maioria, de indenizações na época da saída das fazendas.

Além deste bairro foram realizadas entrevistas com trabalhadores volantes residentes em cômodos alugados onde residem várias famílias lado a lado, chamados na cidade de cortiços. Estes cômodos são construídos nos quintais de casas particulares que por eles cobram, além do aluguel, taxa de utilização de energia. Um destes conjuntos de cômodos visitados está fora dos limites da cidade e é significativamente denominado de "Lixinho".

Uma vez conhecida por alguns trabalhadores ia sendo, agora por eles mesmos, apresentada aos vizinhos com os quais se mantinha um relacionamento mais estreito.

As entrevistas foram, assim, realizadas nas residências dos trabalhadores. Visto que não se constituía objetivo deste estudo a des-

crição e observação do processo de trabalho em si, pareceu ser esta a forma mais frutífera de abordar os trabalhadores e ter com eles conversas abertas sobre suas relações de trabalho sem as limitações naturais que a própria situação do trabalho volante impõe.

Em cada família visitada as entrevistas eram realizadas principalmente com seu chefe, o qual espontaneamente tomava a iniciativa principalmente se a sua mulher não trabalhava. Nos casos em que a mulher também trabalhava como volante eram entrevistados os dois. Entre estes, inclusive, foram realizados contatos mais frequentes com as mulheres uma vez que, nos finais de semana, eram mais facilmente encontradas em suas casas.

Além destas entrevistas foram realizadas outras, ou simplesmente assistidos diálogos de trabalhadores que compareciam ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cravinhos para se informarem sobre algum problema com relação ao trabalho, realizarem reclamações trabalhistas ou simplesmente conversar com os membros da diretoria.

Além deste acompanhamento das atividades do Sindicato, foram realizadas várias entrevistas com seu Presidente e seu Secretário.

Com relação às entrevistas nas residências dos trabalhadores, foram feitos contatos com cerca de cinquenta deles entre homens e mulheres, sendo que com cerca da metade manteve-se um acompanhamento mais sistemático, durante todo o ano de 1974.

Além do fato de que a legislação agrária é uma das variáveis importantes no processo de formação da mão de obra volante, a presença significativa dos direitos trabalhistas como um dos marcos da consciência social que possuem os trabalhadores levou à necessidade de um levantamento complementar dos processos existentes na Justiça do Trabalho de Cravinhos.



Ao tomar como objeto o próprio discurso do trabalhador volante sobre seu trabalho e suas condições de existência, procurou-se oferecer uma visão da forma pela qual os próprios trabalhadores se pensam no processo de transformação das relações de produção como complemento às análises já existentes e que abordam o processo de implantação e da organização do trabalhador volante de um ponto de vista econômico e/ou histórico.

O primeiro contato com os trabalhadores volantes suscitou uma série de questões que se relacionavam, principalmente, com a brusca alteração ocorrida no que diz respeito às manifestações políticas dos trabalhadores rurais em geral.

Conhecia-se as organizações surgidas principalmente nos primeiros anos da década de sessenta no meio rural de algumas regiões do país, entre as quais a região de Ribeirão Preto é apontada como uma das mais expressivas no Estado de São Paulo. Estas manifestações políticas foram reprimidas com a mudança do regime político em março de 1964. Restava saber, após passados dez anos, de que forma estes trabalhadores receberam e reagiram a este processo. Até que ponto a não atualização de seus principais anseios e reivindicações e a não canalização destas por uma organização gerada pela sua própria atuação política, conseguidos por um alto nível de repressão havia neutralizado a própria consciência destes trabalhadores tornando a coerção em aparente aceitação.

Neste sentido, havia mais uma pergunta do que uma hipótese. Foi com o desenrolar da pesquisa que foram naturalmente esclarecendo-se e delimitando-se as principais coordenadas do discurso do trabalhador volante e da própria pesquisa.

Este discurso revelou-se altamente contraditório e contextua-

lizado, transformando-se tanto no desenrolar das entrevistas quanto, com relação a alguns aspectos, à medida que passavam os dias. Neste último caso, as alterações correspondiam a diferentes momentos do ciclo agrícola, as quais têm uma profunda repercussão e colocam uma clara divisão na sobrevivência dos trabalhadores volantes ao alterar meses de grande oferta de trabalho a alta remuneração com meses de baixa remuneração e desemprego.

Com relação às primeiras, ou seja, as contradições observadas no interior do discurso num mesmo momento, estas não estão referidas diretamente às condições concretas do mercado de trabalho. Situam-se num nível de complexidade maior.

A ambiguidade que marca o discurso do trabalhador volante parece em vários níveis e segundo o contexto geral do assunto que está sendo tratado. Representações diferentes e opostas sendo portadas pelo mesmo indivíduo coexistem decorrentes dos vários tipos de explicações existentes sobre as coisas as quais são, elas mesmas, contraditórias. Diferentes estratégias, manipulações de situações aí transparecem.

Há dois níveis de determinação para estas variações. Em primeiro lugar há as que são decorrentes das próprias diferenças de experiência social de cada um dos indivíduos e de sua posição relativa atual. Em segundo lugar há as variações originadas no próprio sistema social. Em determinados momentos endossa-se explicações e noções que são vinculadas pelas classes dominantes as quais são construídas no sentido de validar as diferenças sociais. Noutros, o discurso do trabalhador parece que se desprende do discurso dominante e dirige-se para a colocação de alternativas que possibilitariam mudanças na atual ordenação social.

Explicações que apontam para a inevitabilidade desta ordena-

ção social a qual o coloca, enquanto "pobre", como subalterno ao "rico" e que se apoiam numa crença de que esta é a ordem natural das coisas, porque "Deus quer assim", emergem simultaneamente a outras que permitem pensar a sua negação. O discurso sobre o conformismo coloca-se, algumas vezes, como uma alternativa utilizada em determinados momentos de uma conversa tendo apenas significado retórico.

Há uma correspondência no nível da prática social existindo tanto um comportamento que mostra uma aceitação aparente de situações de exploração como atitudes que revelam uma reação. O controle social, no entanto, na medida em que mantém estes trabalhadores a um nível baixo e inseguro de sobrevivência, exerce seu peso relegando a prática da mudança ao plano da idealização.

A opção pelo conceito de representação deve-se ao fato de que, por ser mais abrangente, aplica-se melhor à situação encontrada na medida em que não traz em si uma conotação de homogeneidade ou uma configuração fechada. (4)

NOTAS

- (1) Ramos, Augusto, 1923.
- (2) As categorias e conceitos utilizados pelos trabalhadores volantes, inicialmente assinaladas com aspas, serão adotadas na análise.
- (3) Saboia, José Carlos de, "De Senhores a Trocadores de Cebola - Estudo sobre Representações de Fazendeiros em Cravinhos, São Paulo", Dissertação de Mestrado a ser apresentada ao Conjunto de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas, 1978.
- (4) Ver Alier, Juan Martinez, 1968; Alier, Verena Martinez e Boito Jr., Armando, 1975; Parkin, Frank, 1972. Estes estudos sugerem uma heterogeneidade análoga das representações de setores de trabalhadores sendo que o último deles coloca como uma característica geral das classes subordinadas em determinadas sociedades.

## CAPÍTULO I

### DO COLONO AO VOLANTE

#### O Colonato

A partir da segunda metade do século dezenove o Estado de São Paulo experimentou um aumento progressivo na produção de café para exportação, expandindo a demanda de mão de obra.

Para responder às necessidades da grande lavoura exportadora foi incrementada uma política imigratória que, antes que objetivar a ocupação de terras em áreas fronteiriças, como aconteceu em outras regiões do sul do país, pretendia estabelecer colônias de imigrantes em plana zona cafeeira, de modo a que estes viessem a se tornar fonte de força de trabalho extra durante os períodos de safra. Mais tarde acabaram por ser diretamente encaminhados às grandes propriedades.

Como coloca José de Souza Martins, não bastava, no entanto, a suspensão da política de colonização para tornar a mão de obra imigrante permanentemente disponível pois, dado o regime de ocupação das terras, haveria sempre a possibilidade de virem a ser proprietários.

"A associação deliberada entre extinção do tráfico e imigração evidenciou-se na Lei de Terras, de 1850, alterando profundamente as funções da imigração, transformando a terra em equivalente de mercadoria e condicionando o surgimento de novos proprietários à posse prévia de capital" (1).

Somente pelo trabalho assalariado e do que pudesse acumular com este seria possível concretizar a posse de um pedaço de terra o que, pela progressiva valorização desta, tornava-se cada vez mais inacessível.

Será, pois, cada vez mais, o trabalho nos cafezais em crescimento o destino dos imigrantes e brasileiros libertos.

A forma específica como se organizaram as relações de produção

nas áreas pioneiras respondia à necessidade de alojar a força de trabalho assim como de fornecer os bens de subsistência necessários à sua reprodução. Generalizou-se, então, um tipo de contrato que vinculava à fazenda o trabalhador e sua família - colonos - que lá passavam a residir junto a outras famílias em cômodos geminados - colônia -, sendo remunerados em dinheiro e em espécie, consubstanciando o que caracteriza o regime de organização das relações de produção chamado colonato.

O sistema de colonato separava duas formas de pagamento do trabalho de colonos: pelo trato anual das árvores e pela colheita. Estabelecia, ainda, o direito do colono e sua família cultivar gêneros para sua subsistência entre as filas do café.

Para o pagamento pelo trato anual a unidade de divisão considerada era de mil pés de café por ano. Um trabalhador adulto recebia, em média, tres mil pés. Assim, dependia da quantidade de homem em idade de trabalhar na família a quantidade de pés de café recebidos. O trabalhador se comprometia, nesta parte, a realizar pelo menos tres carpas durante o ano. Em algumas zonas a remuneração era feita por capina e não por ano, visto que a quantidade de carpas exigidas era variável. Outros serviços prestados aos cafeeiros eram remunerados por dia ou por tarefa concluída: adubação, estercação, desbrota, combate às pragas, obras de combate à erosão, replanta, secagem e serviços no viveiro de café.

O número de trabalhadores numa família era fundamental para o sucesso no trabalho tanto na plantação do proprietário quanto no trabalho para si.

"A escolha era feita conforme o número de enxadas que ele tinha em sua família. O bom colono era aquele que tinha oito enxadas" (depoimento de um fazendeiro). (2)

O número de enxadas correspondia ao número de pessoas aptas a fazerem uso delas. O contrato era feito com o chefe da família e era tam-

bém ele que recebia o pagamento. Os seus dependentes representavam apenas enxadas, ou seja, quantidade de pés de café dos quais o chefe da família teria capacidade de se responsabilizar. Ao mesmo tempo, a quantidade maior de enxadas era uma garantia de que o trabalho no cafezal seria concluído e, ainda, representava uma economia no número de cômodos ocupados na colônia.

A procura de famílias numerosas era empreendida pelos proprietários que chegavam, inclusive, a enviar aliciadores de mão de obra às outras fazendas, como se depreende destes dois depoimentos de fazendeiros:

"Antigamente nós tínhamos grandes famílias e um pessoal muito bom ... a gente não deixava eles saírem da fazenda, cobria as ofertas que eles tinham da fazenda vizinha, dava além do cavalo que o outro fazendeiro tinha prometido para eles irem para lá. Alguma coisa a mais a gente dava por cima para eles ficarem".

"Antigamente a gente fazia questão de segurar o homem na fazenda. Era o tal negócio do paternalismo que hoje já acabou. A gente tratava o trabalhador como um amigo, como uma pessoa da família, mas infelizmente acabou. Quando o trabalhador estava doente a gente levava para se tratar e se precisava alguma coisa a gente dava".

Este segundo depoimento introduz uma outra questão. Além da remuneração em dinheiro e em espécie, a relação entre fazendeiros e colono compreendia uma série de contraprestações que, para o colono, objetivava-se na permanente disposição em casos de necessidade do proprietário a qualquer hora do dia ou da noite. Ao fazendeiro cabia, principalmente, prestar assistência em casos de doença, acidente ou morte e adiantar dinheiro, o que era encarado pelo trabalhador como empréstimo. A disponibilidade do trabalhador era vista, pelo fazendeiro, como obrigação. A falta de amparo legal caracterizava o "favor" da assistência prestada pelo fazendeiro, alargando seu controle polí-

tico. Sendo favor, dependia da boa vontade ou do bom caráter do proprietário que assim revelava sua magnanimidade. Como o restante dos dois depoimentos mostra claramente, antes que doações, estas eram formas de assegurar mão-de-obra, assim como de selecioná-la privilegiando as famílias de colonos consideradas "boas" com o fim de impedir a procura constante que elas empreendiam de melhores condições de trabalho. Da mesma forma, a retirada de certos benefícios eram uma forma de pressionar para a saída das "más" famílias.

A segunda fonte de renda do trabalho do colono não provinha diretamente do trabalho familiar. Era na época da colheita, quando era utilizado o sistema de pagamento por ~~produção~~<sup>produção</sup>. O trabalho, aí, era desvinculado dos pés de café sob responsabilidade do colono. Todos eram colocados juntos, mulheres e crianças inclusive, sob a supervisão de um empregado da fazenda. Em geral, o pagamento era feito com base no saco de café colhido de 50/55 litros ou de 100/110 litros de café em coco.

Havia, ainda, a possibilidade de ganho de diárias em serviços gerais prestados à propriedade, tais como roçar pastos, matar formigas, carpir lavouras, consertar cercas, etc. Isto, no entanto, estava na dependência do colono terminar o serviço no café, ficando com um tempo disponível. Em muitos casos esta parte do serviço não era confiada a colonos mas a empregados que as fazendas mantinham remunerados à base de diárias ou mensalidade aos camaradas. Nestes casos tornava-se estratégico, para as famílias maiores, conseguir colocar um dos membros como camarada e com isso fazer face às despesas com os bens não produzidos diretamente nas suas culturas de subsistência:

"O camarada era o filho de um dos colonos e por isso não tinha terra. O cocheiro tinha família e era também um atendente da sede da fazenda. Quando a família dele crescia ele largava de ser cocheiro e ia ser colono. O camarada surgia das próprias famílias dos colonos. Eles queriam que o filho fosse camarada



porque tinha um dinheiro mensal certo" (fazendeiro).

"O serviço de camarada era bom porque sabia quanto ia ganhar por mes. Mas era difícil uma família de cinco pessoas conseguir colocar um filho como camarada. Às vezes saía de uma fazenda para outra só para colocar um filho como camarada" (ex-colono).

A importância estratégica de uma família de colonos ter um de seus membros recebendo um ordenado mensal decorria de uma situação altamente desfavorável para sua reprodução enquanto força de trabalho, na qual a regra geral era o endividamento e a dependência daí decorrente.

"Enquanto a colheita do arroz, milho, feijão não chegava o colono ficava em necessidade desses produtos e ficava devendo à fazenda. Quando pegava o dinheiro, que era muito pouco, era para pagar um vestido, um remédio. Sapato eles não calçavam... O pagamento da fazenda, por falta de dinheiro, era feito no armazém. Noventa e cinco por cento dos colonos passava o ano sem receber em dinheiro, recebia só em gêneros" (fazendeiro).

Para o colono, mesmo depois de ter recebido sua parte do pagamento em dinheiro (de 60 em 60 ou de 90 em 90 dias), se ele conseguisse saldar a dívida no armazém abria uma nova para os meses seguintes. A situação de eterno devedor o tornava mais dependente. Isso sem levar em conta os que jamais viam o dinheiro mas apenas vales pois que, ao chegar o dia do pagamento, a dívida era maior que o montante a receber.

"A gente era obrigado a controlar a vida do colono relapso que não tinha medida na despesa e que eram festeiros, levados do diabo. Das quarenta e oito famílias existentes na fazenda era obrigado a regrar no mínimo sessenta por cento delas ... Os

bons colonos pegavam crédito no próprio comerciante, os outros pegavam um vale para gastar no comerciante. Havia uma média de dez por cento de remanejamento no final do contrato " (fazendeiro).

O fato de uma quantidade tão grande de famílias de colonos ficarem endividadas aponta para um outro problema. Como disse outro fazendeiro:

"Era muito comum o colono não dar conta da empreita que pegou ... a fazenda mandava que o que terminasse antes o fosse trabalhar com o outro e pagava ao que foi ajudar com o desconto que fazia na mensalidade do que tinha atrasado ... Era comum, em março, a fuga de colonos ... eles começavam a dever e se mandavam".

Fica claro que o volume de serviços designado para cada colono ultrapassava de muito a média normal possível. Desta forma o proprietário beneficiava-se de duas maneiras. Primeiro porque no afã de dar conta do serviço o trabalhador intensificava o ritmo e a jornada de trabalho. Segundo porque a dívida era uma garantia de que o colono permaneceria na propriedade (quando não fugisse) para tentar tirar a diferença na colheita quando o pagamento por produção possibilitava maiores oportunidades de ganho. Algum controle, no entanto, era necessário pois se o montante da dívida fosse muito elevado mais valia à pena a fuga para escapar tanto dela quanto da multa por quebra de contrato. Certos limites tinham de ser mantidos para que permitissem sempre a possibilidade de reposição de partes ou de todo o dinheiro devido. Como disse um ex-colono:

"Como colono a gente sempre trabalhava balanceado, não sobrava nada. Não passava necessidade mas também nunca tinha um dinheiro disponível ... O colono tinha a sua criação mas não valia nada, não tinha preço ... agora a gente tinha em fatura por-

que plantava: era batata, mandioca, arroz, feijão".

Este depoimento introduz a terceira fonte de renda do colono e que era a mais importante delas: trata-se da plantação entre as fileiras de café, onde o colono e sua família cultivavam culturas alimentares. Uma forma alternativa era destinar para isto lotes separados, fora das plantações do proprietário. Esta segunda alternativa generalizou-se algum tempo depois, principalmente quando os cafeeiros começaram a envelhecer, a terra a se empobrecer e baixar a produtividade das plantas. Mas, não eram esses apenas os motivos. A plantação entre as filas do café era a forma preferida entre os colonos pois possibilitava o tratamento simultâneo das duas culturas, a do proprietário e a sua. Além disso, as terras eram as melhores. Com a adoção dos lotes separados lucrava o fazendeiro que a eles destinava suas piores terras e tornava o trabalho do colono exclusivo à sua plantação ficando a do colono para o tempo livre que porventura tivesse.

Esta produção do colono era destinada primordialmente à sua sobrevivência e de sua família e à venda no caso de haver excedentes. Em alguns casos o colono era obrigado a vender ao próprio dono da terra e, em outros, o próprio contrato estabelecia que a metade da produção deveria ser entregue a ele como pagamento pelo uso da terra.

A grande importância que esta produção direta dos meios de subsistência assume para a sobrevivência do colono e de seus familiares decorre do fato de que assim era possível garantir sua reprodução independentemente dos preços dos alimentos no mercado, tanto mais fundamental quanto não havia outro meio de conseguí-la.

Como explica Vinicius Caldeira Brant, seja nos casos em que a cultura de alimentos era feita em parceria com o proprietário, seja naqueles em que ela é da exclusiva propriedade do colono, a fazenda delimitava tanto a área a ser plantada como a quantidade, o que permitia a fixação da força de trabalho escassa em relações de trabalho assalariado e mantinha os salários

abaixo do custo de reprodução da força de trabalho.

"Ao assumir formalmente o controle do cultivo de alimentos consumidos pelos trabalhadores, a empresa agrícola transfere parte dos custos de subsistência da força de trabalho para fora das relações de trabalho assalariado vigentes nas plantações de café, sem por isso possibilitar o desenvolvimento de uma agricultura de subsistência que diminua a dependência dos trabalhadores em relação ao salário". (3)

E é isto que mantém a disponibilidade destes trabalhadores para as tarefas na plantação que não lhe pertence.

O colonato pressupunha o trabalho da família visto que associava o trabalho assalariado à produção direta dos meios de subsistência. Sendo assim, excluía aqueles que não se enquadravam na categoria de "boa" + grande família:

"Não podia criar uma galinha, a horta não dava tempo, só nos domingos. Limpava um domingo, no outro aquele pedaço já estava precisando limpar de novo. O outro pedaço ficava encostado. Qualquer compra tinha que vim na cidade, não adiantava" (ex-colono)

"Pegamos café de colônia ... Depois, a família começou a casar, ele (o pai) ficou sozinho, trabalhou por dia ... era quando eles dava, quando não dava café de colônia trabalhava por dia" (filha de colono).

A qualidade e tamanho das áreas cedidas, a permissão para a criação de animais domésticos, as concessões por parte do proprietário, a moradia gratuita ou os descontos pela utilização de serviços da propriedade variavam de acordo com a situação de cada uma sendo estas variações motivos de mudança constante de trabalhadores de umas fazendas para outras, de fugas, atritos, conflitos e greves.

O Surgimento do Volante

As transformações que levaram ao fim do colonato são interpretadas por vários estudos como consequências da expansão e aprofundamento do capitalismo na agricultura brasileira em geral e paulista em particular, resultantes da submissão deste setor ao capital industrial. O processo mais específico da região estudada será visto adiante.

Em termos da força de trabalho as alterações deflagradas têm como consequência a proletarização do trabalhador rural o que, em termos práticos significa que: a mão-de-obra residente nas propriedades é gradativamente expulsa; o trabalhador, que antes produzia diretamente para sua reprodução enquanto força de trabalho passa a residir na periferia das cidades ou à beira de estradas e a ser remunerado exclusivamente em dinheiro, comprando sua alimentação no mercado e pagando aluguel, quando não consegue construir sua casa.

"O novo exército industrial de reserva resulta das transformações nas empresas agropecuárias capitalistas que se desembaraçam de sua mão de obra residente, sem que haja possibilidade de outras formas de emprego rural permanente para a maior parte dos trabalhadores. Assim, ele surge de preferência nas regiões onde a ocupação da terra se tenha completado, depois que a agricultura capitalista penetrou através das grandes plantações, ou naquelas em que um processo de concentração da propriedade territorial tenha precedido a intensificação da produção agropecuária". (4)

Em suma, o processo de penetração da organização econômica capitalista no campo implicou numa reorganização das formas de exploração da terra e da força de produção através do trabalho assalariado. A expansão da área produtiva da propriedade rural levou à extinção da lavoura de subsistência em seu interior e à dedicação do tempo de trabalho exclusivamente à pro-

dução comercial.

Cria-se assim um proletariado rural, constituído de trabalhadores livres para venderem sua força de trabalho independentemente de quaisquer obrigações à base de deveres de ordem pessoal: o único vínculo que os trabalhadores têm com a propriedade rural é a venda de sua força de trabalho a troco de salário. Para isto, deslocam-se diariamente de suas casas em direção ao local de trabalho, como os demais trabalhadores assalariados urbanos.

No limite deste processo de proletarização está o chamado "boia-fria", "volante" no caso estudado. São trabalhadores avulsos, temporários, contratados por tarefa ou por dia, geralmente agenciados por "empreiteiros" ou "turmeiros", os quais cumprem a função de arregimentar e transportar estes trabalhadores para as diversas propriedades rurais.

Um pressuposto para o estabelecimento de tais relações de trabalho é a existência de um excedente populacional relativo que torne desnecessário a vinculação permanente entre propriedades e trabalhadores, o que vem de encontro às necessidades sazonais dos cultivos, o que evidentemente já vinha se constituindo antes mesmo do fim do colonato com a transformação de colonos em trabalhadores diaristas ou mensalistas e com a utilização de empreiteiros e turmas de trabalhadores que se deslocam de fazenda em fazenda, de safra em safra, após o que voltavam a seu local de origem - as chamadas turmas de solteiros, ou peões.

No que diz respeito ao trabalhador, há uma grande instabilidade de emprego e, conseqüentemente, de previsão quanto à remuneração. Os momentos de pico - tanto na oferta de serviço como no nível da remuneração - são as colheitas, onde a base continua a ser a quantidade produzida, seguidos de períodos de desemprego ou de baixíssima remuneração.

"Em resumo, esta é a singularidade do "boia-fria", ele é um trabalhador que recebe o seu salário com base na realização da tarefa ou empreita; é contratado - verbalmente antes do que

por escrito - por tempo limitado, tempo esse que pode durar dias semanas mas não o ano todo; pode ser arbitrariamente substituído por outro trabalhador, se não realizar a contento do empregador de mão-de-obra, fazendeiro, usineiro, dono da terra ou da plantação. São instáveis ou seus vínculos empregatícios com os compradores de sua força de trabalho. E essa instabilidade se instaura no seu espírito, no seu modo de ser, na sua maneira de dedicar-se ao trabalho, induzindo-o a trabalhar bastante, intensamente, para realizar o máximo de tarefas e não perder o lugar". (5)

Algumas propriedades adotaram o sistema de manter um número mínimo de trabalhadores permanentes, registrados através de contrato escrito, a fim de atender às necessidades de execução dos serviços quotidianos. Outras conservaram deste modo apenas trabalhadores que exerciam atividades especializadas e que recebiam denominações próprias delas derivadas, como: carroceiro, tratorista, retireiro, maquinista, etc.

A regra geral, no entanto, é a de eventualidade do serviço e da utilização do empregador como intermediário entre a propriedade e os trabalhadores. Esta situação é geradora de enorme insegurança e confusão visto que ninguém parece considerar-se responsável pela contratação e pagamento dos direitos trabalhistas e esta mão-de-obra. Para isto contribuiu a extrema inconsistência do Estatuto do Trabalhador Rural ao definir estas categorias e ao qualificar o trabalho temporário, inconsistência de que se valem os proprietários e empregadores quando objetos de alguma reclamação trabalhista.

Não obstante, a despeito das falhas, a postura do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da região estudada tem sido a da defesa dos direitos regulamentados pelo ETR, o que tem alterado de maneira profunda o conteúdo das relações entre proprietários e trabalhadores e tornado cada vez mais clara a

oposição entre os dois.

Se a expropriação da lavoura de subsistência é o principal fator de nostalgia com relação ao passado na fazenda para os trabalhadores rurais, é o enfrentamento que hoje estes trabalhadores promovem, na colocação de suas reivindicações, o maior motivo da idealização deste mesmo passado.

"Havia por parte do trabalhador, antigamente, respeito ao patrão; tiravam-lhe o chapéu. Havia um respeito mútuo e parece que muito mais conscientização" (fazendeiro).

O "respeito" que havia no passado, assim como a "amizade" entre os trabalhadores e seu patrão são temas que sempre surgem numa idealização que procura opor o presente ao passado. Na confrontação com o presente, no qual os trabalhadores defrontam seus patrões com questões levadas à Justiça do Trabalho, o que tem representado palpáveis perdas monetárias além da humilhação moral de se ver denunciado e condenado, o passado assume apenas uma de suas faces a qual é interpretada pelo fazendeiro como de respeito, obediência e amizade.

No entanto, como bem demonstram os estudos já realizados sobre o processo de introdução do trabalho volante na região, são as próprias regras do sistema capitalista de produção que condicionam a maximização da extração de mais-valia à alteração das relações de trabalho.

O trabalho assalariado, que já vinha sendo implantado com a utilização de colono, torna-se mais claro na medida em que coloca a propriedade como tendo a única e exclusiva função de produzir bens de comercialização e que os trabalhadores passam a vê-la exclusivamente como fonte de salário.

Neste sentido, quando em 1963, após vários debates e modificações, foi promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural, tratava-se apenas de uma regulamentação das relações de trabalho que vinha a dar resposta a modificações já em processo das relações sociais de produção na agricultura.

A regulamentação das relações de trabalho, aliás, é bem ante-



rior a esta data. O regime de trabalho vigente com o colonato teve normas específicas através da lei que cria o Patronato Agrícola em 1911, a qual obriga os fazendeiros a organizarem sua escrituração agrícola e a fornecer aos colonos cadernetas onde são anotados, em conta corrente, os débitos e créditos do colono além das condições do contrato de trabalho.

Alguns decretos esparsos são criados mas somente em 1943, com a Consolidação das Leis do Trabalho, há uma preocupação maior com a extensão da legislação trabalhista ao meio rural, embora de forma ainda bastante secundária. A CLT estende o salário-mínimo ao trabalhador rural, o direito a férias anuais, regulamentação geral do contrato de trabalho, direito a aviso-prévio e dá provisões com respeito a contratos com pagamentos em espécie, entre outras coisas.

Esta legislação, no entanto, no que diz respeito ao meio rural, não é efetivamente aplicada. De forma mais sistemática, o Estatuto do Trabalhador Rural reafirma aquelas proposições da CLT, dando também especial atenção à regulamentação da sindicalização. O Estatuto foi revogado em 1973 e substituído por nova lei que estabelece outras provisões como o repouso semanal remunerado, décimo-terceiro salário, trabalho noturno, descontos salariais, dissídios coletivos, etc.

O Estatuto do Trabalhador Rural teve origem numa mensagem encaminhada ao Congresso em 1954 pelo ex-Presidente da República Getúlio Vargas, tendo sido retomada pelo deputado Fernando Ferrari em 1960, ano em que seu projeto é aprovado na Câmara.

Tanto na época da mensagem de Getúlio Vargas quanto da aprovação do projeto de Fernando Ferrari, há várias manifestações de produtores agrícolas condenando as iniciativas através de suas associações de classe. Argumenta-se, entre outras coisas, que não é possível sustentar trabalhadores mensalistas que não trabalharão o ano todo.

O Estatuto veio, assim, acelerar uma tendência já existente de

utilização de trabalhadores assalariados não residentes e de acordo com as necessidades sazonais dos cultivos.

A grande quantidade de reclamações trabalhistas a partir do ETR foi, na verdade, o momento culminante de um processo de reivindicação dos direitos trabalhistas já instituídos na CLT.

O que realmente veio dar ao ETR importante significação foi o contexto político do qual ele foi uma das consequências e que se caracterizou pela deflagração de inúmeros conflitos e greves em torno de reivindicações tanto salariais como de reforma agrária.

As associações de classe surgida em grande número a partir de 1960 criaram canais regulares para o encaminhamento daquelas reivindicações. Em S.Paulo a Igreja Católica controla uma grande parte do processo de sindicalização através dos Círculos Operários. A União dos Lavradores da Agricultura do Brasil - ULTAB - fundada pelo Partido Comunista em 1954 também é importante no interior de S.Paulo e, com a assistência da Frente Agrária, formada por católicos radicais, controla a outra parte das associações (7).

Após o Movimento de 1964, o Governo encampa a sindicalização promovendo-a sob seu controle em todo o país. Os sindicatos, além de uma função assistencialista através da assistência médica e fornecimento de material escolar, tornam-se simples mediadores no encaminhamento de questões trabalhistas. Através da legislação trabalhista e da sindicalização, o Estado passa a exercer um controle dos conflitos entre empregados e empregadores enquadrando-os dentro de seus limites.

"A sindicalização foi o último acontecimento político

importante no processo de conversão do lavrador em proletário. Entretanto, depois da fase excepcional das ligas, quando o proletariado rural parecia empenhado em definir um projeto político mais próximo de seus interesses de classe, a sindicalização rural teve o caráter de uma reação moderadora. Com ela se inicia a fase de burocratização da vida política do proletariado rural, ao vincular o trabalhador rural, o sindicato e o aparelho estatal, com ou sem a mediação dos partidos políticos". (8)

Os acontecimentos que determinaram o fim do colonato e o surgimento do trabalho volante podem ser vistos a partir da história específica da região estudada.

A Região de Ribeirão Preto caracterizava-se como monocultura de café até a crise nos preços deste produto, em 1929.

O município de Cravinhos, inclusive, chegou a ter, no início deste século, a maior produtividade do Estado, diminuindo já na década de vinte.

Após a crise de 1929 a cultura do café entrou em decadência na região, desorganizando também as relações de trabalho assentadas no regime do colonato.

Ainda na década de 30, foi introduzida a cultura do algodão na região, com as mesmas características econômicas do café, isto é, sua comercialização dependia do mercado externo.

Porém já não se tratava <sup>de</sup> uma monocultura, uma vez que ocupava somente o espaço aberto pelos cafeeiros erradicados. A dependência do mercado externo e das oscilações no preço do algodão se constituiu num estímulo à introdução de novas culturas. Cereais como o milho, arroz e feijão passam a ser produzidos em grande escala atendendo a demanda crescente do mercado interno.

A produção agrícola no município de Cravinhos além de ter passado por todas as transformações regionais, beneficiou-se da implantação da cultura da cana de açúcar no final da década de quarenta e, mais especificamente, início da década de cinquenta. A introdução da cana de açúcar se constituiu num fator a mais que a apressou a erradicação do café no município.

é compreensão mais ampla das mudanças ocorridas nas relações

de trabalho, se dá no próprio processo de reorganização da produção agrícola; decadente a cultura e propriedades cafeeiras, de cadente tornou-se o colonato. Às propriedades não interessava mais a manutenção dos colonos, uma vez que exígua e improdutiva cultura cafeeira ainda conservada, não mais possibilitava o aproveitamento em tempo integral dessa força de trabalho. Os colonos passaram a ser despedidos das propriedades e a se localizarem em pequenos núcleos urbanos.

As novas necessidades de mão-de-obra passaram a ser definidas a partir do ciclo de produção das novas culturas.

O trabalho temporário se generaliza como forma de utilização da força de trabalho no decorrer de toda década de cinquenta.

A mobilização política dos trabalhadores rurais na região em torno da reforma agrária e de melhores condições de trabalho, associado à promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural no início da década de sessenta, se constitui motivo de justificação utilizado pelos fazendeiros para expulsarem os últimos colonos e consagrar a utilização da força de trabalho constituída de trabalhadores volantes.

A relação social de trabalho passa a ser mediada pela figura do empreiteiro de mão-de-obra. O trabalhador rural, que até então residia na propriedade e cultivava uma pequena lavoura de subsistência, passa a residir na cidade e a depender unicamente de um salário no esforço de garantir a reprodução de sua força de trabalho.

NOTAS

- (1) Martins, José de Souza, 1973, p. 51.
- (2) Todos os depoimentos de fazendeiros e alguns de ex-colonos foram retirados da tese em andamento por José Carlos de Sabóia M. Neto sobre fazendeiros, empreiteiros na mesma região deste estudo.
- (3) Brant, Vinicius Caldeira, 1977, p. 51.
- (4) Brant, Vinicius Caldeira, op. cit., 40
- (5) Ianni, Octavio, 1977, p. 41.
- (6) O Presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais publica, em junho de 1963, um artigo em jornal no qual afirma que muitos empregadores estão **ameaçando** despedir em massa seus trabalhadores, alarmados com os benefícios a que têm direito e que alguns estão forçando os trabalhadores a assinar aviso-prévio em branco. Segundo diz, o que mais está alarmando é a questão das indenizações e da estabilidade.  
O Estado de São Paulo, 09/06/63, "Dispensa dos Empregados Rurais".
- (7) Ver Price, Robert, 1964.
- (8) Ianni, Octavio, 1973.

## CAPÍTULO II

### O TRABALHO VOLANTE

#### História do Trabalho

Visto que um dos objetivos desta pesquisa é de procurar apreender, através dos discursos dos trabalhadores rurais volantes de que forma eles próprios apreendem as modificações nas relações de produção que os tornaram "volante", a maior parte das pessoas entrevistadas têm uma história de trabalho que se inicia quando ainda vigorava o colonato na região, ou, que pelo menos em algum momento de sua vida, antes de tornarem-se trabalhadores temporários, estiveram ligados a este sistema de trabalho.

De forma geral, portanto, todos foram colonos ou filhos de colonos. Muito poucos, no entanto, foram apenas colonos. O que se nota é que, a par com as constantes mudanças de local de trabalho, havia também, pelo menos no período que engloba a experiência destes trabalhadores e que poderia ser situado a partir da década de vinte, época em que iniciava-se a decadência do café na região, um movimento no sentido de troca relativamente intensa nas relações de trabalho.

As referências que alguns trabalhadores fazem de que "naquele tempo já tava igual que na cidade", isto é, já não se podia plantar nem criar para sua própria sobrevivência, indicam que as práticas ligadas ao regime de trabalho do colono de café já não se sustentavam em muitas propriedades fundamentalmente a partir da década de cinquenta.

Uma parte das famílias de origem dos trabalhadores entrevistados alternavam-se, assim, entre o trabalho no "café de colono" e como "camarada da fazenda". Outras com a parceria. As duas únicas que possuíam sítio tiveram que vendê-los com a morte do chefe da família uma vez que a terra, ao ser dividida entre os filhos, tornava-se incapaz de sustentá-los deixando de compensar sua exploração econômica. Ex-colonos, todos eles, ex-meceiros, ex-

camaradas, ex-sitiantes alguns, o que os une é o fato de que foram todos desprovidos de acesso à terra para a produção dos seus meios de subsistência e iguallados, frente aos detentores dos meios de produção e à sociedade em geral, como assalariados.

A história de trabalho do trabalhador volante normalmente se confunde com sua própria história de vida. O ingresso se dá quando, ainda criança, entre sete e nove anos de idade, os filhos começam a ajudar o pai. O trabalho infantil, apesar da criança não receber diretamente a remuneração uma vez que seu trabalho é incorporado ao do chefe da família, tem nestas circunstâncias a importância de iniciar o aprendizado da criança no processo de trabalho, introduzindo-a numa rápida socialização no sistema produtivo e responsabilizando-a pelo aumento do volume de produção da unidade familiar. Esta precoce introdução no trabalho significa o abandono da escola. Isto é muito ressaltado pelos trabalhadores pelas repercussões que consideram ter até hoje. Engajados desde cedo como força de trabalho estabelece-se, desse modo, a continuidade de gerações de famílias rurais.

As condições de trabalho obrigam o trabalhador a se deslocar constantemente numa procura contínua de melhores oportunidades e o passado se apresenta como a história destes deslocamentos e do esgotamento de sua força de trabalho.

As tentativas em romper com a condição de trabalhar para outros surge em alguns depoimentos como este:

"Meus pais eram espanhol e vieram pro Brasil mais ou menos em 1901. Foram pra fazenda B., aqui em São Paulo, e lá ficaram dois ano. Depois, fazenda F. cinco ano e fazenda S. quinze ano, sempre como colono. Lá nasceram os filho, eu nasci lá e já completei 56 ano. Eu comecei a trabalhar com dez ano, junto com meu pai. Depois fomo pra fazenda F. e pra fazenda S. quatro ano. Fomo pra fazenda C. desta vez como arrendatário. Em



1950 meu pai comprou um sítio nesta fazenda de quinze alqueires. Eu casei em 1948 e fiquei dois anos de casado morando com meu pai. Depois fui trabalhar na fazenda H., parte do tempo como mensalista e parte do tempo na arca no arroz e milho. Me saí melhor como meeiro: comprei uma charretinha e um burro. Mas aí encenquei com um vizinho e voltei pro sítio. Antes disso fui pra Serrana trabalhar como diarista na cana mas não gostei e fracassou o serviço. Voltei pra Cravilho em 1966. Vendemo o sítio porque não dava pra todos os filhos. Pra mim coube tres milhão, foi que eu construi essa casa. Desde essa época trabalho de volante".

É interessante observar as trajetórias de pai e filho. O primeiro, imigrante espanhol, de colono passa, após cerca de cinquenta anos de trabalho, a proprietário de um pequeno sítio. O segundo, nas suas várias tentativas como camarada mensalista, diarista, meeiro e herdeiro de uma fração da terra, com o insucesso reduzindo-o a trabalhador volante embora privilegiado entre os volantes pela possibilidade que teve de ter sua própria casa. No primeiro caso, a ascensão de colono a sitiante, fortemente marcada pela ideologia do esforço no trabalho que leva à ascensão social. A terra era de difícil aquisição para o colono mas havia momentos de crise na produção para exportação durante os quais as grandes propriedades eram às vezes fracionada, havendo então condições para que o colono pensasse no projeto de propriedade. No caso, do filho mudaram as relações de produção que propiciavam o surgimento de casos semelhantes ao primeiro e há, mesmo, a impossibilidade de sequer manter a mesma posição do pai: a terra deixada para os sete filhos teve de ser vendida por não ser suficiente para manter as suas famílias. A ideologia de que só o trabalho constrói riquezas não pode ser confirmada, mesmo esporadicamente, quando o lavrador torna-se proletário.

As raras situações nas quais um trabalhador sem nenhum capital mas com uma prole numerosa podia contar para, ao final de alguns anos, fazer uma pequena poupança lhes eram retiradas pelo fazendeiro na medida em que o acesso à terra era cortado segundo os interesses deste.

"Eu toquei vinte e seis ano. Só tenho essa casinha. Criei onze filho. Dentro desses ano todo eu criei mais fácil porque na fazenda a gente podia plantar...

Tudo que eu fiz na vida, durante vinte e seis ano eu vendi e apurei oitocentos conto, vinte e seis ano como meeiro. Hoje eles só dão terra pra quem tem condição".

"Eu era formador de café. Depois de tres ano entreguei o café e recebi a economia: seiscento cruzeiro, que deu pra construir essa casa. Se fosse dinheiro de hoje num dava pra fazer essa casa. O fazendeiro, hoje, é ele mesmo que forma o café, por conta dele, a gente ganhando o salário".

A história da vida de cada trabalhador pode ser pensada a partir da de um deles.

Primeiro, ainda criança começa a ajudar o pai. Depois, o constante deslocamento à procura de melhores condições de trabalho e, finalmente, apesar das tentativas, a impossibilidade de melhorar de vida, acabando já velho e com as forças físicas esgotadas e sem saúde no caminhão de turma como volante. Alguns importantes problemas que transparecem na seguinte história de vida são, em maior ou menor intensidade, vividos por todos os trabalhadores mais velhos:

"Em Batatais, com sete anos meu pai me chamava às quatro horas da manhã pra ir pro curral com ele... Com nove anos e seis meses eu já ajudava ele um pouquinho na lavoura. Tocava o carroção com uma sela de seis burro. Larguei o carroção e peguei o carro com doze boi. Quando eu me cansei daquilo eu

me pus a viajar com boiada, isso com quinze anos. Já noutra fazenda tocava sozinho seis mil pés de café, isso com dezoito anos. O dinheiro era meu ... Com dezenove anos vim pra fazenda Q., acompanhando uma família. Carpia café, apanhava. Aí era um camarada da casa. Só recebia o dinheiro no fim. O camarada tinha comida, carne, roupa lavada. Eles não davam vale pro camarada, pro colono eles adiantavam. Era uma vida muito judiada. Daí fui ser retireiro como camarada da fazenda, antes era camarada de um meeiro. Daí passei pra fazenda lascando lenha de empreita.

Tirei um ano e quatro meses. Daí voltei pra fazenda pra ser carroceiro como camarada diarista mas só recebia no fim do mes. Não tinha folha pra assinar, levava tudo no olho. Sem se ser colono não tinha nada assinado... Aí passei pra chefe de turma na lavoura, só cuidava de olhar o serviço. Aí fui trabalhar na Usina. Passei uns tres anos e fui pra Serrana, tá com uns vinte e seis anos isso. Aí comecei a trabalhar como volante ... Aí eu saí daqui e trabalhei muito e andei muito. Eu sou um velho de dezoito profissão e não sigo nenhuma. Tive pra Goiás, Estado de Minas. Trabalhei oito mes em Vacaria, no Rio Grande do Sul. Eu rompi treze Estado porque eu saí de meu pai com doze anos. A senhora sabe, eu comecei a trabalhar com sete anos e até hoje não parei. Eu me lembro do trabalho de quando eu tinha cinco anos. Com sete anos eu entrei em serviço. Tô com 54 anos trabalhando até hoje. Tenho o corpo todo quebrado de acidentes que tive trabalhando em fazenda. Não sou aposentado porque não tenho nenhum comprovante. Naquele tempo, moço, trabalhador de fazenda era tratado que nem criação".

A consciência da exploração a que são submetidos aflora nestes momentos, quando, avaliando o esforço passado, concluem que nada lhes restou. Tendo como ponto de referência os direitos trabalhistas extensivos ao trabalhador rural, no caso a regulamentação do vínculo empregatício para efeito de aposentadoria, o trabalhador equipara suas condições de trabalho anteriores ao trato de animais, indignas para um ser humano. O saldo, quando positivo em alguns casos, resulta da venda da terra, da poupança na meação ou de uma indenização por tempo de serviço. Em todos os casos, no entanto, fica o saldo negativo de uma velhice precoce, de acidentes no trabalho e de depauperamento físico. A aposentadoria não exime do trabalho, que continua até não aguentar mais "subir no caminhão".

Em decorrência desta situação, apontada de forma sintética e clara no depoimento do trabalhador acima, a história do trabalho confunde-se, no caso dos trabalhadores mais velhos, com uma história de sofrimento, de relatos de doenças e acidentes. O discurso sobre as doenças e os sofrimentos que elas infringem e sobre os acidentes de trabalho é uma forma de representar a própria realidade do trabalho e suas péssimas condições, de se referir a esta realidade através dos eventos que a marcaram exibindo o sofrimento e suas marcas como prova. Como no caso citado, os acidentes e problemas de saúde causados pelas condições de trabalho e pela remuneração insuficiente para a sobrevivência são testemunhos do trabalho árduo e da capacidade de sobreviver contra todas as adversidades. "Pobre vive de teimoso", dizem. Ironicamente, as marcas no corpo não são comprovantes para o reconhecimento do trabalhador rural através da concessão de aposentadoria.

Não é gratuitamente que a visão que o trabalhador rural volante tem de seu trabalho é sempre de luta heróica para sobreviver. A depredação da sua força de trabalho cujas consequências podem ser tanto a incapacitação como a necessidade de continuar mesmo após quarenta, cinquenta anos de trabalho sob precárias condições físicas aguçam a consciência que o trabalhador

tem de que tudo isso foi feito para o enriquecimento de outros:

"Eu era pra tá com os cabelos branquinho com as minha doença. Esse casal de velho aqui já penou bastante. Eu tenho o pé quebrado, eu mesmo consertei e ole ficou torto. Tenho as duas perna quebrada, fiquei dez mes parado e depois as costela e clavicla. Tudo em trabalho. Isso de trabalhar em fazenda dos outro os outro fica com seus dinheiro e voce fica inutilizado".

Não é apenas isto, no entanto, que transparece no discurso sobre o sofrimento. Em alguns momentos o trabalhador parece resignar-se e a doença é vivida como as sina dos "pobres", vítimas do destino que só vão descansar "quando Jesus chamar". Ser filho de trabalhador rural significa ter um destino traçado/ obrigados a trabalhar desde criança não há possibilidade de aprender outra profissão e romper com sua condição de trabalhadores diferenciados onde ter habilidade e experiência não dá nenhuma recompensa.

### Condições Atuais de Trabalho

A forma como o trabalhador volante é contratado, transportado da cidade para o local de trabalho, as horas dispendidas em função do trabalho, a forma de remuneração e em que medida ela atende às necessidades de sobrevivência e reprodução de sua força de trabalho são elementos importantes para a compreensão do próprio posicionamento destes trabalhadores na organização da produção, na medida em que nos faz perceber os mecanismos utilizados que exaurem quotidianamente as forças físicas do trabalhador volante e condicionam suas estratégias de sobrevivência.

Como já foi esclarecido na Introdução deste estudo, não era intenção analisar o processo de trabalho em si. Uma descrição mais geral é, no entanto, necessária para a compreensão do discurso sobre as relações de trabalho.

O que caracteriza o trabalho volante é a intermediação do empreiteiro. Este se encarrega de arregimentar os trabalhadores depois de contratar o serviço com as Fazendas ou Usinas, transportá-los, fiscalizar o serviço e pagá-los. O conjunto de trabalhadores que o empreiteiro reúne é a sua "turma". A turma é transportada em caminhões dirigidos ou não pelo empreiteiro, dependendo do número de turmas que ele tenha. Segundo declarou o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, "os caminhões geralmente têm bancos de madeira e toldo, mas ainda há muitos que não têm. Os que andam por aqui por dentro, pelas estradas municipais, esses não têm fiscalização. A norma é para ter e andar no máximo com 45 sentados, mas eles chegam a botar 70, 80, esses que não andam pelas estradas principais". Mas, segundo os próprios empreiteiros, a Polícia Rodoviária não é muito

exigente e "deixa passar" (1). Os acidentes já havidos e a falta total de segurança em determinadas épocas de muita procura por mão-de-obra, tornou o deslocamento para o trabalho em mais uma das preocupações dos trabalhadores.

Disse um deles:

"Durante o dia eu trabalho satisfeito, mas vai chegando de noite eu vou me contrariando porque tenho de viajar nesse asfalto. Nós tem dia que tá nesse caminhão sessenta pessoa".

Há um "ponto", onde se reúnem os caminhões e para onde se dirige a maior parte dos trabalhadores. Vêm a pé de suas casas e, dependendo da distância da propriedade na qual vão trabalhar, saem de casa por volta de cinco horas da manhã. Iniciam o serviço às sete e por isso alguns saem ainda mais cedo pois algumas das propriedades estão a 60Km. de Cravinhos. Alguns dos trabalhadores esperam na estrada por onde o caminhão vai passar. Além de local de reunião para a ida para o trabalho, o "ponto" funciona como um mercado de mão-de-obra para onde vão os trabalhadores que estão desempregados. Nas épocas de colheita funciona um verdadeiro "leilão", como é chamado, quando os trabalhadores, aproveitando-se da concorrência entre os empreiteiros, sobem e descem dos caminhões à medida em que estes vão subindo o teto da remuneração:

"Chega aqui de manhã na rua tem vinte caminhão. Um grita que paga dezoito, o outro fala que paga vinte. O que tá em cima do caminhão pula e vai pro que dá mais. Quem não tá registrado vai com o que dá mais".

Existe uma noção generalizada de que o trabalhador vo-

lante jamais se fixa e "vai onde tá dando mais", sem levar em consideração qualquer outro fator. Essa noção é compartilhada pelos próprios volantes mas, para fazendeiros e empreiteiros, constituem-se em acusações com o fim de demonstrar ignorância e deslealdade. Embora seja verdade que o "ganho" - a remuneração percebida no trabalho de empreita - seja o parâmetro que orienta as escolhas dos trabalhadores volantes, não é apenas o quanto do que receberá que é levado em conta (2). Há outros fatores que são considerados no cálculo econômico que o trabalhador faz antes de optar (quando há possibilidade de optar, o que não ocorre em grande parte do ano agrícola fora do período de colheita). Há preferências por determinados empreiteiros já conhecidos e, portanto, dos quais se sabe sobre a pontualidade do pagamento e de seu comportamento na fiscalização e no cálculo da produção de cada trabalhador. Outro fator importante é o tipo de trabalho que o empreiteiro está oferecendo. Os trabalhadores têm preferência por certos tipos de trabalho e isto está ligado ao rendimento que conseguem ter.

Além disso, o tipo de trabalho oferecido e o tamanho da plantação influem no tempo de emprego e, assim, pode ser mais vantajoso ganhar um pouco menos mas ter trabalho assegurado por mais tempo. Isto depende também do qual é o empreiteiro com quem se vai trabalhar pois alguns têm uma relativa estabilidade com as propriedades inclusive nas entresafas. Em termos de desgaste físico, o trabalhador também leva em conta a distância da propriedade. Um empreiteiro declarou que pagava uma diária bastante acima dos outros porque a fazenda com a qual sempre trabalhava ficava muito distante. Realmente, um trabalhador que precisa acordar entre quatro e cinco horas para entrar às se-



te horas no trabalho estará em casa de volta somente entre dezenove e vinte horas, o que representa quase o dobro do tempo em que estará efetivamente trabalhando.

Além da ida ao "ponto", os trabalhadores geralmente vão às casas dos empreiteiros para assegurar uma vaga no caminho. Em épocas de muita procura por mão-de-obra - as "épocas boas" - os próprios empreiteiros colocam avisos pelo alto-falante da praça principal da cidade mesmo porque, nestes momentos, surgem muitos empreiteiros novos que vêm de outras cidades e que são desconhecidos dos trabalhadores locais. Alguns trabalhadores, selecionados pelos empreiteiros como os melhores, já têm vaga certa.

Segundo declarou o Secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, "na época pior os empreiteiros já escolhe. Eles conhece bem os trabalhadores porque eu vejo eles dizerem aí no ponto: não vou dar trabalho pra voce não porque qualquer coisa voce corre no C. (o Presidente do Sindicato)".

O horário de descanso e alimentação varia conforme a distância percorrida até o trabalho e se a época é de trabalho remunerado por dia de serviço ou na base da empreita. Neste último caso não há horário de descanso uma vez que o objetivo é intensificar a produtividade tanto por um aumento no ritmo do trabalho quanto pelo aumento da jornada.

"Tem lugar que a gente chega e come logo porque com o calor a comida azeda. A água vem naquele tambor, no carro, mexendo dentro do latão. Logo que chega tá fresquinha mas depois fica quente e tem de beber assim mesmo, tá com sede...

Às vez a mesma mangueira que eles usa (os empreitei-

ros) pra botar a gasolina no carro eles usa pra tirar água ... Os doutor dizem: só bebe água filtrada. Mas como? Só domingo, que a gente tá em casa, mas seis dias da semana num pode, num dianta".

Referindo-se à alimentação de forma irônica os trabalhadores conhecem as normas de saúde e higiene mas também sabem que elas não se aplicam a suas reais condições de trabalho. Além disso, os trabalhadores conhecem alguns dos estereótipos utilizados para caracterizá-los e envergonham-se de nomes que lhes são atribuídos como boia-fria e pau-se-arara. Sobre o primeiro, que se refere às condições de alimentação, disse um trabalhador:

"É boia-fria mesma mas num quer que fale. Num costuma. ... Chegou na hora nós já tá perturbado, come frio mesmo. A hora do almoço é nove horas, tem de ser essa hora porque senão azeda. Eu falo a verdade, se eu como frio vou falar que como quente. Tem trabalhador que tem vergonha de falar que passa necessidade".

Esta alimentação consiste geralmente de arroz, feijão e alguma "mistura": batata, linguiça, toucinho. Alguns levam pão e café, além disso. Nas "épocas ruins", alguns chegam a levar apenas arroz, ou café e até apenas água com açúcar. É o caso da trabalhadora que, viúva, tem cinco filhos pequenos, além de ter grande dificuldade e baixo rendimento no trabalho:

"... nem eu na roça levo (feijão). Levo só uma garrafinha de café, aquele arroz. E o serviço é pesado, cê vê, pegar foião o dia todo (para cortar cana). Chega tres hora eu já num tô guentando mais. Pelo menos na roça a gente gosta de levar um pedaço de pão,

nê, uma comida mais forte. Esses tempo que eu num tinha nem pô de café levava água doce".

Pau-de-arara é o nome mais usado localmente para designar aqueles que todos os dias têm de "subir no caminhão", inclusive os que têm contrato de trabalho com as propriedades mas residem na cidade: "pegou caminhão, é pau-de-arara", disse um trabalhador que possui carteira registrada. Essa denominação cor responde à imagem de um trabalhador sujo e amontoado em cima do caminhão. Segundo explicou um empreiteiro, a Arara é um pássaro que suja muito o pau em que vive e daí o nome. A "sujeira" do trabalhador volante, decorrente das condições de trabalho impos tas pelos próprios fazendeiros, é retomada a reinterpretação co mo um atributo da pessoa do volante. À imagem de "povo sujo" as socia-se a de "povo promíscuo", frequentemente repetidas pelos fazendeiros e também pelos empreiteiros. Segundo as palavras de um deles "é uma classe à parte, o pau-de-arara".

O trabalhador volante, no entanto, não aceita ser cha mado de pau-de-arara pois a visão que têm da falta de condições de higiene no trabalho é de mais uma das imposições e provações por que têm de passar se querem conseguir emprego. É significativo que, após falar das péssimas condições de alimentação a que estão obrigados, duas trabalhadoras tenham acrescentado este ponto:

"Uma vez, nós tava trabalhando pegando esterco. Era aquele calor e a gente tudo escorrendo aquela sujeira. Uma olhava pra outra e começava a rir de como a outra tava suja e a outra rindo também porque tava cada qual mais suja. Pobre vive num sei como, é só porque Deus quer".

"A cana melada escorre assim, a cana queimada, começa a escorrer aquele caldo, o dia inteiro aquela lambu-seira, ai! Sõ quem tá acostumado mesmo .

Olha, eu trabalho tanto tempo e num sei de onde que sai esse mel da cana. É como mel de abelha mesmo. E a gente não consegue depois trabalhar com a mão porque gruda, e aquelas abelha tudo, ai, que tristeza!".

A falta de padrões mínimos de higiene é, então, uma característica do trabalho e não do trabalhador.

São estas as condições concretas mais gerais do trabalho volante, que servem como pano de fundo contra o qual os trabalhadores vão elaborar respostas práticas e idealizadas na sua luta para sobreviver individualmente e se impor como grupo com interesses específicos, as quais serão o objeto dos capítulos seguintes.

### O Trabalho e o Ganho

À pergunta sobre como é o trabalho a resposta inicial sempre é de que é um trabalho duro e mal pago. A dureza do trabalho e a não compensação por isto, impossibilitando uma reprodução satisfatória do trabalhador e de seus dependentes são os marcos fundamentais da avaliação que os trabalhadores fazem de suas condições de vida. É também a partir desses marcos de referência que os trabalhadores pesquisados avaliam suas relações com as demais categorias sociais com as quais entram em contato no processo produtivo.

Dessa forma, todo o trabalho é descrito e avaliado em termos do "ganho" que ele possibilita, relativizado pelo esforço

dispendido para atingí-lo. As colocações em torno dos dois tipos de organização e remuneração do trabalho - por empreita e por diária - coincidem ou divergem sempre tendo como referente o mesmo modelo.(3)

O cálculo econômico da remuneração do trabalho de empreita é feito a partir de um princípio básico: tem-se que, ao menos, "tirar o dia", isto é, a remuneração não pode ser inferior em média à diária correspondente ao salário-mínimo, embora o esperado é que seja superior em virtude da maior intensidade do trabalho na empreita. A prática no serviço permite que o trabalhador faça seus cálculos e, apenas em olhar para plantação na qual vai trabalhar, avalie quanto vai poder "tirar" num dia e, assim, ter também uma idéia, ao comparar com o pagamento de outras turmas, da margem de exploração a que o empreiteiro está lhe sujeitando:

"Quando a gente pegava uma cana grossa, grande, pesada e eles não pagava o preço suficiente do metro, a gente ia trabalhar e num ia ganhar o dia. Aí a turma parava e dizia: não, eu num vou cortar cana porque cês tem de aumentar o preço desse metro. Ao menos cem cruzeiro pra gente poder tirar o dia. Quando o empreiteiro era um que reconhece eles aumentava, mas que nem esse, esse empreiteiro eu falo mesmo, ele foi ladrão com nós porque os outro pagava cem cruzeiro e ele pagava cinquenta pra nós ... No fim, o pouquinho que a gente ganhou, não pagou".

É na época da empreita, colheitas principalmente, que o trabalhador tem que procurar maximizar o ganho para enfrentar as "épocas ruins" de trabalho - a entre safra. O ritmo do tra-

balho é intenso pois, sendo remunerado por produção, o ganho de cada um vai depender de seu desempenho individual o que estabelece um alto grau de competição entre os trabalhadores.

É também na época da empreita, como já demonstra o depoimento acima, que o trabalhador tem possibilidade de pressionar para uma alta na remuneração, beneficiando-se da grande procura por mão-de-obra. Parar o serviço quando o pagamento é considerado baixo e exigir certas condições melhores para a realização do trabalho em menos tempo e com menor dificuldade são atitudes pouco utilizadas pelos trabalhadores volantes. O mais comum é abandonarem o serviço, visto ser fácil conseguir se engajar em outro. O proprietário, pressionado pela necessidade de continuidade do serviço, aumenta o preço pago para conseguir recompor a turma. O próprio empreiteiro pressiona o proprietário na medida em que também quer maximizar o seu ganho, seja tendo um caminhão cheio, seja aumentando sua retirada por cada unidade de medida colhida. Segundo um usineiro, "a cana tem de ter continuidade, não pode parar e então, se a gente precisa de trabalhadores, a gente é obrigado a pagar o preço que eles querem" e ainda outro, "o trabalhador não se sujeita a cortar cana crua, sem ser queimada antes do corte. Se a oferta é maior que a procura eles chegam a voltar do trabalho e não ficam para cortar a cana. Eles se aproveitam da oportunidade para exigir".

A valorização positiva que o trabalhador faz do trabalho de empreita determina-se por essas possibilidades de aumentar o "ganho". É sabido, no entanto, que para isso trabalha-se muito mais, abolindo-se o tempo de descanso:

"A gente começa a trabalhar as sete horas e ia até

cinco sem parar pra comer. Chegava em casa num tinha corage; Sentava ali na área nem tinha corage de tomar banho".

Não é incomum os caminhões voltarem mais cedo, os trabalhadores, já tendo tirado o ganho, exaustos. Outros não vão trabalhar todos os dias da semana para descansar. Isto dá origem a várias críticas por parte de fazendeiros e empreiteiros que os chamam de "malandros" e "vagabundos" e tratam de reforçar o estereótipo de que o trabalhador rural "não pensa no dia de amanhã", não se esforça para melhorar de vida.

Se na empreita é o desempenho individual que é valorizado, quando o trabalhador está sendo pago com uma diária fixa mudam os critérios. Não é bem visto o trabalhador que "puxa" no ritmo e apresenta um rendimento superior ao dos outros.

Se não é para maximizar o ganho, a aplicação no trabalho é interpretada como uma estratégia para conseguir privilégio do empreiteiro. Disse um empreiteiro:

"Quando o trabalho é por dia e se o trabalhador é bom, trabalha bem, os outros começam a dizer que ele é puxa-saco, que está estragando o serviço, que vai ganhar um cavalo. Aí ele tem de se encolher e acompanhar a manada, é obrigado a entrar na lenga - lenga".

Alguns trabalhadores preferem este tipo de remuneração em função do cálculo que fazem entre ganho e esforço dispendido. São aqueles que por falta de habilidade, de saúde ou resistência física não consideram compensador trabalhar de empreita por terem baixos rendimentos em relação à média.

Facilmente os trabalhadores mais velhos são rejeita-

dos pelos empreiteiros e resta a eles apenas a tentativa de conseguir a aposentadoria por algum acidente que tenham tido no trabalho, quando não atingiram ainda a idade prevista pela legislação - sessenta e cinco anos. Disse um deles que estava parado, sem trabalhar, há tres semanas por ter tido uma convulsão:

"Eu disse pro médico que eu num quero aposentadoria, eu quero saúde pra trabalhar ... O empreiteiro disse que quando eu ficasse bom não precisa voltar porque eu já tô velho. ... Trabalho quando eu posso, mas tenho de parar de vez em quando por causa do reumatismo e porque já não aguento nem subir no caminhão. O C. (presidente do Sindicato) tá vendo se consegue a aposentadoria mas é pelo problema da vista".

"Subir no caminhão" é uma expressão que representa, de forma figurada, a própria condição do trabalho volante. É sinônimo de trabalho duro e não conseguir mais subir no caminhão do empreiteiro representa a incapacidade de trabalhar.

Aqueles trabalhadores que conseguem se aposentar continuam, no entanto, trabalhando até não aguentarem mais pois o salário-mínimo é considerado irreal para a sobrevivência do trabalhador e sua família. Nos casos de trabalhadores que não têm aposentadoria a dependência é total da ajuda da família e, quando isto não acontece, não poderá sobreviver sem pedir dinheiro ou ir para um asilo.

A maior parte do tempo em que o trabalho é remunerado por diárias estas são superiores à diária correspondente ao salário-mínimo. Para o trabalhador, o salário-mínimo é comprovadamente insuficiente para sua reprodução enquanto força de tra-



balho e o sustento da família. No entanto, é de acordo com as circunstâncias com as quais o trabalhador se defronta que ele se posiciona: a remuneração do seu trabalho ao nível da diária do salário-mínimo não é aceita por ele noutra momento, senão quando corre o risco de ficar sem trabalho e não tem poder de barganha. É também nestes momentos que surge, com muita agudez, a necessidade de um trabalho fixo ou de oferta permanente de trabalho como um desejo do trabalhador volante.

Desta forma, a diária e o desemprego associam-se na caracterização de uma "época ruim" na qual o ganho atinge seus níveis mais baixos. O ganho se realiza plenamente no trabalho de empreita, seja no quanto da remuneração ou na grande oferta de trabalho, e por isto é positivamente valorizado mesmo representando um grande desgaste físico. Dentro das alternativas que são colocadas para os trabalhadores volantes, inclusive a de ter contrato fixo como uma propriedade ou mesmo com um empreiteiro, a maior parte deles diz preferir o trabalho volante.

O ponto fundamental para a elaboração que justifica esta escolha é a possibilidade de maximizar a remuneração, o que será melhor compreendido através da comparação que fazem com o trabalhador "registrado".

#### O Volante e o Registrado

Dentro do mesmo quadro que aquele que possibilita o realçamento do ganho em determinadas épocas do ano agrícola e do trabalho fixo em outra, a valorização do trabalho volante tendo como contraponto o trabalho registrado é análoga pois o

primeiro é onde se realiza uma certa maximização do ganho e o segundo significa trabalho permanente.

O trabalhador volante coloca o trabalho volante, não-registrado, ao nível de uma idealização que o identifica ao trabalho livre em oposição ao trabalho com vínculo empregatício - cativo. Esta idealização surge fundamentalmente com a possibilidade de manipulação do ganho sob o regime de trabalho adotado pelos proprietários nas épocas de colheita, principalmente, e da ausência do vínculo que liga o trabalhador a um determinado empregador.

Há, na verdade, uma margem de opção que se coloca ao trabalhador volante, tanto em termos da determinação da quantidade de trabalho - mesmo que essa relativa autonomia seja utilizada exatamente de acordo com as expectativas dos proprietários - quanto da escolha do "patrão", embora restrinja-se a determinadas circunstâncias do mercado de trabalho. Assim, nos períodos de maior oferta de trabalho, quando perguntava aos trabalhadores sobre a assinatura da carteira de trabalho ouvia as seguintes afirmações:

"É muito melhor trabalhar com empreiteiro do que registrado porque quem é registrado não pode escolher. Tem que fazer qualquer serviço que mandam porque senão, se eles saem da fazenda perdem os direitos ... eu posso escolher, se tem um que oferece mais eu mudo, eles não, são tudo cativo".

"Na usina a gente é muito cativo demais. Aqui não, no dia que eu cismo num vou. É muito melhor trabalhar com empreiteiro do que com fazendeiro. A gente é mais libertado e ganha mais".

"Eles ficam cativo mesmo os registrados".

Na oposição criada pelo trabalhador, contra todas as vantagens e segurança do trabalhador registrado ele prefere resolver sua situação de sobrevivência imediata enquanto reprodução de sua própria força de trabalho. A oficialização do vínculo é encarada como um compromisso que tolhe a liberdade que existe numa situação informal de contrato oral a qual pressupõe em si mesma, na forma como está sendo utilizada pelos proprietários rurais, uma constante redefinição dos níveis de remuneração em função do mercado de trabalho.

Deve-se observar que não é o trabalho volante em si que é valorizado pelos trabalhadores. Muito ao contrário, eles desejam o fim do empreiteiro como intermediário. O que ocorre é que há no trabalho por empreita certas características que têm um significado altamente positivo para os trabalhadores que lhes dão o sentimento de dispor plenamente de sua força de trabalho. Daí nasce a conceitualização do trabalho registrado como "cativeiro", o que compreenderemos ainda mais se levarmos em conta que o referente de trabalho na fazenda no passado aponta para condições de submissão.

É na época das colheitas, durante o leilão, que se concretiza toda a idealização do trabalho livre. Conscientes de que nesses momentos são necessários e solicitados os trabalhadores impõem condições, pressionam, barganham sua remuneração.

A sustentação desse raciocínio reside no fato de que o trabalhador rural assalariado, seja ele volante ou registrado, na região estudada, considera o salário-mínimo, e

mesmo um pouco acima, como totalmente inadequado e irreal diante do custo de vida. Se nas épocas de pouco serviço ele aceita ganhar o salário-mínimo é porque a alternativa é o desemprego, do qual não pode fugir como demonstra o depoimento:

"Eu não ficava muito tempo não (com o mesmo empregador), eu ia onde ganhava mais. Agora essa semana mesmo, a semana atrasada, eu ganhava muito pouquinho, passei pra outro. Agora eles tão pagando quize por dia mas num é um serviço assim, trabalha uma semana e para, fica duas. Esse Home tá pagando quinze mas é porque tá apertado na Usina, mas daqui uns dias vai pagar doze, o salário.

Ele paga quinze que é pro caminhão encher bastante, eles fala que ganha mais e vem tudo pra cá e é onde que caba. Já essa semana termina".

É importante observar que nestes períodos de baixa procura por mão-de-obra, quando o trabalhador menciona a necessidade de trabalho fixo, o ponto de referência é o trabalho não parecendo importante para quem seja, isto é, não necessariamente para a mesma propriedade embora prescindindo o empregador.

Realmente, se o objetivo é aumentar o ganho o trabalhador deve para isso conservar a liberdade de trabalhar onde quiser e para quem pagar mais e, eliminando o empregador, se apossar da parte que este retira para si.

### O Volante e o Empregador

As diferenças que existem na relação trabalhador volante-empregador variam em função do grau de organização e sucesso que este conseguiu assim como do tipo de vinculação que

ele tem com a propriedade, ou propriedades, para a qual trabalha ou presta serviços. Há, embora sejam raros na região, empreiteiros que recebem pagamento fixo da propriedade a qual registra os trabalhadores como seus. Nestes casos o empreiteiro exerce, como qualquer outro empregado da fazenda ou usina, as funções determinadas pelo proprietário de dirigir o caminhão, arregimentar os trabalhadores e fiscalizar o serviço. Entre os que, como se diz, "tiram comissão", isto é, uma determinada quantia por trabalhador levado ou por unidade de medida produzida por cada um, as diferenças residem no maior ou menor sucesso do empreendimento. Assim, há empreiteiros que alugam o caminhão que eles próprios dirigem e os que possuem seu próprio caminhão, pagam motorista e alguns chegam a ter mais de uma turma. Entre estes, na época da pesquisa, apenas um possuía firma registrada em cartório, exigência legal para exercer a atividade, além do seguro contra acidentes para o qual tem de possuir um vínculo formal com vinte e cinco empregados no mínimo. Dois empreiteiros anunciaram seu desejo de abrir firma e fazer o seguro o que poderia ser atribuído ao fato de os proprietários de usina estarem preferindo contratar turmas de trabalhadores com este tipo de empreiteiro o qual, supostamente, seria caracterizado como empregador face à legislação trabalhista. Caso este procedimento venha a se generalizar repercutirá profundamente nas relações entre trabalhadores e empreiteiros e por conseguinte no modo como aqueles representam estas relações.

Atualmente, o modo de ver e explicar a relação trabalhador-empreiteiro por parte do primeiro prende-se ao tipo de empreiteiro que tira comissão, que é a quase totalidade dos que

trabalham na região.

O fato de que, segundo parece ao trabalhador volante, o empreiteiro tire uma parte do ganho dele, trabalhador, como remuneração do seu "trabalho" - para o volante o empreiteiro não trabalha, apenas ganha sobre o trabalho dos que realmente trabalham - é o que mais vai importar na avaliação e crítica que irão empreender sobre a nova figura que se interpõe entre ele e a propriedade. Raciocinando desta forma, o trabalhador acha que um empreiteiro que é tão ou quase tão pobre quanto ele é porque não está "tirando muito do povo". Em princípio, o trabalhador concorda que o empreiteiro também tenha seu ganho.

O uso de empreiteiros pelos fazendeiros e a necessidade que o trabalhador sente de submeter-se a eles, no entanto, definiu de forma não muito clara ainda, em virtude de os trabalhadores não terem sempre acesso a informações seguras sobre quanto o fazendeiro está entregando ao empreiteiro, os limites considerados razoáveis para o ganho deste. Assim, disse uma trabalhadora:

"Esse meu cunhado, o M. (empreiteiro) também não tem nada. Tá ajudando o povo.

E se acontece um desastre com esse povão na carroceria, o que não vai acontecer com ele? ... O H. (outro empreiteiro) não ficou rico mas melhorou de vida e luta com o povo até hoje, trabalha com muita gente".

Neste caso o empreiteiro é visto como um igual que apenas teve oportunidade de melhorar de forma que o trabalhador não vê grande distância social, principalmente comparando-se com o fazendeiro, supostamente seu antigo patrão.

A explicação para este tipo de representação deve ser buscada na própria forma como alguém chega a se tornar empreiteiro. Uma parte dos empreiteiros eram trabalhadores rurais anteriormente. Outros, tinham sido trabalhadores e ultimamente, antes de se tornarem empreiteiros, eram pequenos comerciantes, meeiros ou motoristas e, com um pequeno capital acumulado, compraram um caminhão e se tornaram empreiteiros de mão-de-obra. Mas, em princípio, para que isso ocorra não é preciso capital e sim uma dose de aventureirismo, isto é, qualquer trabalhador mais "esperto" pode se tornar empreiteiro, sendo necessário somente que consiga juntar uma turma de trabalhadores e o local onde colocá-la trabalhando. O caminhão é alugado e pode ser, em alguns casos, da própria fazenda ou usina. Os momentos de maior procura de mão-de-obra, no início das colheitas de café e algodão, propiciam o surgimento deste tipo de empreiteiro "improvisado" que pode continuar na atividade se conquistar uma parte do mercado de trabalho.

Esta visão particularizada diz respeito a situações bem específicas e remete a um determinado empreiteiro com quem o trabalhador já trabalhou em um momento dado. A oposição nós-trabalhadores, eles-empreiteiros é ofuscada nesta situação pela falsa identificação do empreiteiro como o ex-trabalhador. Como na realidade este tipo de empreiteiro não tem capital para fazer face às exigências legais assim como para saldar uma reclamação trabalhista, é identificado com o "povo", o "pobre" que luta para sobreviver. A condição de ser um empreiteiro descapitalizado disfarça e oculta a oposição entre as partes, levando o trabalhador na sua visão, quando privilegia um caso específico, a deter-se mais na responsabilidade e risco e na ética que

deve normatizar o comportamento do empreiteiro e não no que define a própria existência deste que é a exploração de sua força de trabalho.

As relações pessoais que alguns trabalhadores mantêm com um empreiteiro, seja como uma tentativa daqueles em obter privilégios como empréstimos e lugar assegurado no caminhão, seja como iniciativa do próprio empreiteiro como técnica para assegurar a permanência da turma em momentos de escassez de mão-de-obra, é retribuída com uma relação que passa a ter componentes de lealdade.

Sobre isso são esclarecedores os seguintes depoimentos de diferentes empreiteiros:

"Muitos trabalhadores chamam a gente pra ser padrinho de um filho porque têm aquela liberdade".

"No tempo de eleição a gente fica louco por causa desse povo porque os político ficam em cima da gente pra conseguir os votos do pessoal que trabalha com a gente. Os trabalhadores se dando bem com o empreiteiro, 90% vota naquele que a gente aconselha porque eles mesmo vem se orientar com a gente".

"Quando o trabalhador é bom, direito, trabalhador, responsável, e se deixou de ir trabalhar um dia numa semana porque não podia mesmo ir, aí eu assino o ponto dele pra ele não perder o remunerado que a usina paga nem o dia de serviço.

Mas eu sô faço isso com um sujeito muito bom e a usina nem toma conhecimento".

As qualidades pessoais do empreiteiro são realçadas



por alguns trabalhadores de forma tal que a relação pessoal se sobrepõe à própria relação de trabalho.

Privilegiando a visão particularizada em detrimento do grupo, da categoria social, o que transparece claramente dessas situações é o quanto a primazia das relações primárias dificultam a formação de uma consciência de classe, muitas vezes colocando os trabalhadores uns contra os outros:

"Eu trabalho muito com o M., ele é muito bom, muito direito", disse um trabalhador, acrescentando depois que mencionei as reclamações trabalhistas que existem contra ele: "Isso é de gente que não entende as leis, porque agora não tem trabalho fique (fixo). O trabalhador perde os direitos. Eles trabalham dois meses e corre lá no foro pra reclamar. Esse homem tem cinco turmas, já pensou se todo mundo fosse reclamar?".

Apropriando-se da argumentação que o próprio empregador utiliza para se defender, o trabalhador legitima a figura do empregador, fundamentando-a no maior ou menor nível de "bondade pessoal" deste.

Todos esses condicionamentos parecem limitar as possibilidades do trabalhador volante pensar as relações de trabalho com o empregador a partir da exploração que este empreende de sua força de trabalho enquanto uma categoria de trabalhador. Depoimentos deste tipo, entretanto, foram muito poucos. O fato de que o empregador é encarado por todos, inclusive os que aparentemente justificam sua presença, como um elemento espúrio na ordem "natural" das relações de produção no meio rural não chega a permitir que mesmo esses trabalhadores concluam pela sua necessidade.

De um modo geral, a relação trabalhador volante-empregado caracteriza-se pela distância que há entre os dois, como disse um trabalhador: "os empregadores só conversam com os trabalhadores na hora do trabalho, mas depois, parou". O contato é marcado pela diferenciação e desconfiança.

A falta de garantias legais e de qualquer tipo de fiscalização quanto às atividades dos empregadores permite todo tipo de abuso, além de exploração sem margem limitada dos seus lucros comprimindo o ganho do trabalhador.

Os trabalhadores conhecem as exigências legais para se tornar empregado além de conhecerem os seus direitos trabalhistas que por eles não são cumpridos. Há, no entanto, uma série de fatores que são considerados pelos trabalhadores em sua estratégia para sobreviver. Os empregadores têm um relativo conhecimento dos trabalhadores e a estes interesses, em determinadas situações que podem estar sendo desfavoráveis em termos de emprego ou favoráveis em termos de ganho, estar bem com os empregadores. Uma certa margem de "engano" dos empregadores com relação aos trabalhadores é permitida, variando em função daquelas situações. Ironizando, disse um trabalhador em resposta à pergunta se tinha carteira de trabalho assinada:

"Tenho carteira mas tá branquinha. Se mostrar pro E. ele até se assusta, sai correndo. Eles num quer ter responsabilidade de seguro, firma. Poucos tem firma. O único que eu conheço que tem é o M. Há pouco tempo denunciaram ele porque ele tem vinte, vinte e cinco registrado mas trabalha com muito mais e ele teve que pagar multa".

Não existe uma forma única dos trabalhadores volantes representarem suas relações de trabalho com os empreiteiros. São muitas as contradições que transparecem mas que de forma alguma comprometem o discurso sobre estas relações como um todo uma vez que há a predominância de uma visão conjunta bastante clara e que se unifica na forma de encarar e questionar a própria existência do empreiteiro e a forma como ele é remunerado, segundo parece ao volante.

Os trabalhadores não têm acesso ao fazendeiro, a quem raramente vêm e geralmente nem conhecem, que permita que ele saiba quanto aquele está pagando ao empreiteiro e este, obviamente, não revela ao trabalhador sua margem de "lucro" ou "comissão". Supõem os trabalhadores que o empreiteiro "tira" cerca de 20% de sua remuneração diária. Alguma informação eles podem ter através de amizades com o fiscal da fazenda e mesmo das questões trabalhistas. Entretanto, há outras formas do empreiteiro aumentar seu "lucro" e ele procura fazer isso ao tratar com o fazendeiro sobre o cálculo do serviço como um todo e na forma de remunerar os trabalhadores, por exemplo, tratando por diária com a fazenda e pagando por empreita aos trabalhadores comprimindo o preço por unidade produzida.

Ao se referirem ao ganho do empreiteiro os trabalhadores o caracterizam como uma exploração sobre o seu trabalho. O empreiteiro "ganha nas costas" dos volantes, "tira" de cada um. Nesse contexto é o empreiteiro como categoria social que é contestado ou suportado como um mal necessário porque assim querem os fazendeiros, os quais não querem mais "ter responsabilidade com trabalhador".

Os empreiteiros, no caso destes trabalhadores, são

caracterizados de forma impessoal porque são definidos a partir de sua presença nas relações de trabalho na qual se apropriam de uma fração da remuneração deles.

"Aqui em Cravinhos não vai pra frente, vai é piorar. O que estragou foi os empreiteiros. Eles come de cada um. Eles pede pro fazendeiro 25,00 e paga 15,00, paga 18,00. Aquilo eles já fica pra eles. Depois assina recibo já como se tivesse recebido férias, décimo-terceiro e já não pode pedir aquilo, fica pra eles".

Apesar da identificação do empreiteiro como patrão, como será explicado adiante, os trabalhadores vêem claramente que o empreiteiro é um intermediário perfeitamente dispensável tendo surgido por interesses contrários aos seus. Por este motivo é possível a formulação de que "esse negócio de empreiteiro devia acabar".

A relação fazendeiro-trabalhador, esta sim, é permanente historicamente. Como disse um trabalhador, "eu não sou contra os fazendeiro, eu sou contra os empreiteiro".

A concepção do empreiteiro como supérfluo é tanto mais aparente quanto são os motivos associados a seu aparecimento em determinado momento histórico; um jogo do fazendeiro para fugir às responsabilidades trabalhistas instituídas a partir do Estatuto do Trabalhador Rural. Embora não tenha sido o ETR o responsável pelo aparecimento do trabalho volante e do empreiteiro, como já vimos, foi um dos motivos da aceleração no processo de mudança nas relações de trabalho.

"Esse negócio de empreiteiro devia acabar e a parte

que ele leva devia ficar para o trabalhador. Não sei qual é a vantagem pros fazendeiro, porque eles ainda paga a viagem de caminhão. Acho que é porque eles não quer responsabilidades se machuca alguém e nos direitos."

Se a responsabilidade pela introdução dos empreiteiros é dos fazendeiros não é sempre contra estes que se voltam os trabalhadores apontando, em muitos momentos, o próprio empreiteiro como o responsável pela situação do trabalhador volante, como transparece no depoimento já citado de um trabalhador que afirma que "o que estragou foi os empreiteiros". Este tipo de afirmação está apoiado no caráter circunstancial do surgimento do empreiteiro e no fato de não desempenhar papel fundamental na organização do trabalho: encarado como um parasita, o empreiteiro não produz nem tem a terra e tem por isso sua função contestada.

Aparentemente fica a impressão que o trabalhador nada tem contra o fazendeiro.

No entanto, se assim interpretado, seria uma leitura isolada e uma interpretação parcial do complexo e contraditório discurso do trabalhador. Noutros momentos, nos quais não está contrapondo a figura do empreiteiro à do fazendeiro, surgem outras visões que estão referidas ao antigo patrão do tempo em que os trabalhadores moravam nas fazendas. Como veremos no último capítulo e vimos no primeiro, o fazendeiro surge num contexto de relações tensas e conflituosas.

Além da "comissão", a outra forma que os empreiteiros utilizam para aumentar o seu "lucro" é o roubo nas medidas.

Disse um trabalhador:

"É melhor trabalhar com empreiteiro da fazenda porque eles cumpre mais os direito que a fazenda dá pra ele pagar pra gente. Esses outro sô rouba. Na cana eles pega uma vara e diz que tem 3m. A gente pega esse foião de cortar cana que tem meio metro e mede a vara e tem sete e meio, seis e meio (aqui ele está se referindo à sua medida - o "foião", isto é, seis folhões e mais meio).

Eles dizem que nosso foião num tem meio metro. Eles vão medindo na frente e nós atrás. Eles diz: num dianta, a que vai valer é a minha. A gente num pode falar nada porque depois num arranja mais trabalho. Agora mesmo nós trabalhamos sem saber quanto vamos ganhar".

O trabalhador se submete ao roubo mas tenta controlá-lo. Ele sabe que sua medida não vai valer mas medindo tenta controlar e saber até que ponto está sendo roubado. Isto equivale a dizer que há já uma prática firmada de roubo nas medidas que tem seus limites impostos da mesma forma que para a "comissão". Além de certa medida no roubo vale mais mudar de empreiteiro, que é exatamente o que os trabalhadores fazem quando a situação do mercado de trabalho lhes é favorável. Por outro lado, o empreiteiro precisa manter uma reputação de não ser "muito ruim" e também assegurar uma posição que lhe permita escolher os que ele considera bons trabalhadores.

Dentre as práticas de espoliação a que está acostumado como a parte prejudicada, o trabalhador procura escolher a-

queelas situações em que, baseado no seu cálculo econômico, lhe parece estar perdendo menos. Disse um trabalhador, por exemplo, que na usina onde estava trabalhando roubava-se um metro de cada trabalhador mas, embora reclamassem, não se fazia nada porque essa usina pagava bem, inclusive férias e décimo-terceiro salário e ninguém queria perder o lugar.

Através de reclamações diretas ao empreiteiro ou mesmo de "brincadeiras", o trabalhador procura fazer ver ao empreiteiro que ele está informado sobre o preço que está sendo pago e, se o empreiteiro precisa conservar a turma, pressiona para que este abra mão de parte de seu "lucro". Disse um empreiteiro:

"As vez os trabalhadores tem aquela liberdade com a gente e eles tem a gíria deles de tratar o empreiteiro e chamam de gato. Eles apelidam o empreiteiro de gato porque ele escroca, aperta o trabalhador. Se o empreiteiro pode pagar o feixe de 20 Kg. de cana por 0,20 e só paga 0,15 ... aí o trabalhador chama o empreiteiro de gato. O trabalhador conhece, ele sabe quanto vale uma tonelada de cana pra cortar. Eles tem base, eles não são bobo não. Seu eu aperto eles um pouco um dia eles dizem que eu matei o boi, ganhei muito naquele dia".

Uma outra situação na qual transparece com muita nitidez a consciência que o trabalhador tem dos mecanismos de controle utilizados pelo empreiteiro na exploração de sua força de trabalho é justamente aquela na qual tem seu trabalho fiscalizado pelo feitor, representante do empreiteiro.

O feitor é, na verdade, um trabalhador como os outros

que tem a confiança do empregador. Por este motivo, não sem conflitos que ele exerce o seu papel. Ora trabalhador, sendo vigiado por outros, ora feitor, vigiando o trabalho dos colegas, os próprios trabalhadores entrevistados que alguma vez tiveram esta função manifestam a contradição e ambiguidade da situação do feitor no descontentamento e no incômodo da relação com os demais trabalhadores.

Além da ambiguidade da posição do feitor criada pela identidade entre ele e um trabalhador qualquer há aquela criada pelo papel de intermediário: tendo de dar ordens e de ser obedecido e sendo identificado como um igual pelos trabalhadores, o problema do feitor é manter o equilíbrio entre as exigências do empregador e as razões do trabalhador. Porém, o sucesso na manutenção do cargo está, como dizem os trabalhadores, em "puxar o saco" do empregador, isto é, em obedecer e fazer com que os trabalhadores obedeçam ao empregador e zelar pelos interesses deste "mostrando serviço", isto é, chamando a atenção do trabalhador ao menor motivo. É assim que o feitor, segundo dizem os trabalhadores, torna-se "pior que o patrão".

Segundo a função do feitor acompanhar o trabalho realizado por cada trabalhador e exigir o cumprimento das ordens determinadas, o desempenho de sua tarefa cria uma constante área de pequenos conflitos, para quem "os fiscal são pior que os patrão. Eles querem puxar o saco dos patrão e fica reclamando o tempo todo do trabalhador sobre o serviço, se pára pra fazer um cigarro, se vai fazer as necessidades".

A condição do fiscal ou feitor é vista pelos trabalhadores como sendo fundamentalmente vulnerável uma vez que não lhe recolhem autoridade que seja fundamentada num grau de co-



nhecimento ou experiência maior que a dos outros trabalhadores. Um dos trabalhadores que já havia sido feitor, disse:

"Já trabalhei uma vez de feitor mas num gostei. Tem gente que não compreende.

Eles num avisa. Eu sô aceito se chegar pra turma e dizer: esse aqui é o feitor, vai olhar o trabalho de voces. Mas eles num dizem, tira do meio dos outro aí eles num querem obedecer. Eles dizem: eu também tenho leitura, também posso ser".

Os outros trabalhadores que já foram feitores alegaram que não gostaria de ser novamente e preferem "ser mandado a mandar". O motivo alegado por todos refere-se não ao fato de que é identificado com o patrão - "pior que o patrão" - mas ao comportamento do trabalhador que não aceita a autoridade do feitor nem cumpre as ordens do patrão. Disse um deles:

"Aí passei de carroceiro pra chefe de turna na lavoura. Sô cuidava de olhar o serviço. É a coisa mais dura que tem olhar trabalhador. A gente encontra muita gente incompreensível, não fazem como o patrão pede".

O fato do trabalhador assumir a posição de fiscal de serviço e de cumpridor das ordens aguça a hostilidade e reafirma o conflito que eles expressam quando, como trabalhadores, avaliam a figura do feitor.

Neste contexto o patrão é aquele que dá as ordens para que o feitor fiscalize se estão sendo cumpridas. O conflito aparece, então, claramente, como estando localizado nas rela-

ções de trabalho que os volantes mantêm fundamentalmente com os empregadores.

### O Volante e o Patrão

O trabalhador volante define o patrão a partir das relações concretas de trabalho e apesar dessa relação ser mantida com o que consideram um intermediário entre ele e o proprietário dos meios de produção consideram que a responsabilidade empregatícia cabe ao empregador:

"O empregador, ele é o patrão. Eles não é proprietário, é verdade. Por isso que eu acho que esse negócio de empregador tem de acabar. Assim, se o patrão (fazendeiro) ia pagar, vamos supor, 20,00 pra ele e 18,00 pra nós, paga logo 20,00 pra nós.

Apesar do trabalhador constatar a inutilidade e o prejuízo da presença do empregador o reconhece como patrão. No momento seguinte, no qual constata que o proprietário é o fazendeiro mas é o empregador quem aparece como seu patrão, ele situa o nível mais amplo a que o empregador está sujeito e, conseqüentemente, ele, trabalhador, também está dependente.

A posição do empregador como um intermediário, dependente do fazendeiro, surge com muita clareza no discurso do trabalhador volante mas isto não é o bastante para descaracterizar sua responsabilidade patronal.

Quais os vínculos estabelecidos entre trabalhador e empregador que levam o primeiro a afirmar enfaticamente que o segundo é seu patrão?

"O patrão é o empregador. Se tem um acidente, o em-

preiteiro paga, ele tem seguro ... Ele paga o serviço, recebe o dinheiro, paga e pronto. Um dia lá na fazenda M. quiseram botar um trabalhador do M. (empreiteiro) pra fora, deu uma confusão! O M. disse que nem o fazendeiro podia mandar parar um pano de café dele, só ele mesmo e mais ninguém!

"O patrão mesmo é o dono da usina. A usina tem o dono mesmo ... O empreiteiro é patrão dos trabalhador daqui, né, é patrão nosso. O dono da usina é patrão do empreiteiro porque quando a gente combina mesmo a gente num vai lá na usina combinar com o patrão lá, a gente combina com o empreiteiro aqui. Eles que vão procurar serviço ... então quer dizer, o dono da usina vem ser patrão deles e eles patrão nosso. Agora, se ele mandar o empreiteiro embora a gente também é mandado, né. ... O chefe, ele dá o dinheiro na mão do empreiteiro, agora chega aqui o empreiteiro se quiser paga, se não quer eles num tem nada com isso, ele já pagou, é a gente que toma".

O que distingue o patrão é, assim, a relação contratual, acertada oralmente, no caso, entre as partes, que redonda numa série de obrigações e deveres caracterizados pelos trabalhadores com o termo "responsabilidade". O empreiteiro é o responsável por seus trabalhadores porque é ele quem controla o serviço, tanto em termos de mercado de trabalho quanto o trabalho individual de cada um.

Além do mais, e isto é muito importante, a remuneração dos trabalhadores está nas mãos do empreiteiro que decide quan-

to vai dar aos volantes e até se vai dar. São citados casos de empreiteiros que fugiram com o dinheiro que a fazenda havia entregue para o pagamento semanal. Em última análise, o trabalhador volante estaria na dependência da honestidade do empreiteiro e a propriedade, tendo contratado com o empreiteiro, tomaria alguma atitude somente se o empreiteiro tivesse sido "sujo", como disse uma trabalhadora, com o proprietário que o contratou. Este é precisamente o argumento que os proprietários rurais tentam fazer valer nos casos de reclamação trabalhista.

A figura desconhecida, em termos pessoais, do fazendeiro ou de algum empregado seu autorizado a contratar os trabalhadores, colocando toda a aparência da responsabilidade pelo vínculo empregatício no empreiteiro impede que aquele seja identificado como patrão.

Enfim, o empreiteiro é o patrão, no entender dos trabalhadores volantes, porque é ele quem trata o serviço, contrata, paga ou despede o trabalhador.

Além da responsabilidade contratual há elementos na relação trabalhador volante-empreiteiro que a aproxima da antiga relação com o fazendeiro. Empréstimos, ajuda financeira, uso do crédito que o empreiteiro tem nos armazéns, relações de compadrio e confiança mútua são utilizados como instrumentos de dominação pessoal.

No entanto, o empreiteiro é um patrão de tipo diferente do fazendeiro. É um patrão desnecessário e ilegítimo porque não possui a propriedade da terra.

### O Ganho e o Custo de Vida

Como já foi mencionado, o salário-mínimo é considerado pelo trabalhador volante insuficiente para a sua sobrevivência e de seus dependentes. Como qualquer trabalhador assalariado, o mínimo que ele almeja é receber um salário condizente com o custo de vida e que este lhe seja assegurado permanentemente.

Dentro do mesmo contexto de referência que faz com que os trabalhadores avaliem o trabalho na sua dimensão de "ganho" é que se dá o discurso sobre a sobrevivência. É uma constante comparação entre a remuneração e o custo de vida que está, como todo o resto, diretamente relacionado com a situação pela qual o trabalhador está passando de acordo com as variações do ano agrícola.

Apesar de nenhum dos trabalhadores entrevistados estar contente com seu nível de vida há diferenças marcantes entre eles decorrentes de vários fatores. Em primeiro lugar está a quantidade de dependentes em relação à de trabalhadores na unidade familiar. Um caso extremo é o de uma trabalhadora viúva, com cinco filhos pequenos e que não conseguia ter bom rendimento no trabalho.

"A roça, quando tem dois, tres, que trabalha numa casa é bom, ganha bem. Mas que nem eu sozinha, ganha mixaria. Comprar roupa, calçado e comida num dá, dá só praquela mixaria daquela comida e cabou".

Outro fator importante, já mencionado, é a idade

do trabalhador. Se este já não pode trabalhar depende da ajuda que sua família, principalmente os filhos, lhe dê.

Há ainda casos de famílias nas quais por terem além do chefe da família alguns dos filhos trabalhando, a mulher não trabalha como volante limitando-se à esfera doméstica ou, no máximo, empregando-se em serviços domésticos, geralmente como passadeira ou lavadeira, em casa de outras famílias.

Apesar de quase todas as mulheres trabalharem como volantes nas famílias entrevistadas, o trabalho da mulher permanece sendo visto como um mal necessário.

Quando as condições permitem a mulher restringe-se à esfera doméstica. Por isto, em alguns casos, o trabalho da mulher é realizado somente sob certas circunstâncias nas quais está acompanhada do marido ou outro membro da família.

A presença da mulher no caminhão, sendo transportada junto com homens numa situação que não lhe permite manter o recato recomendado é alegado como o principal impedimento para que o marido consinta que trabalhe.

Não é apenas entre os trabalhadores que o caminhão tem a imagem de promiscuidade.

Disse um fazendeiro que "os paus-de-arara servem muito para a prostituição, tá a mulherada toda assim". Os caminhões cheios, homens e mulheres juntos, combinam a imagem da sujeira física e moral que impede muitas mulheres de contribuírem para a renda familiar.

A presença do empreiteiro, que tem a fama de tentar conquistar e seduzir todas as mulheres sob suas ordens, é considerada como uma ameaça constante. Justificando porque trabalhava, disse uma trabalhadora:

"O D. não deixava eu trabalhar em turma. Eu xinguei muito ele. Ele dizia que eu num sabia subir no caminhão. ... Tem caminhão aí que tem muito barulho. O M. (empreiteiro) é certo, não gosta de conversa demais. As vez tem um que bebe uma pinga e tem aquela mulhezada. Ele não, não deixa, o pessoal daquela fazenda é muito certo, ele não aceita".

Outro impedimento alegado pelos maridos e pais é a afirmação de um valor tradicional na família de que ao homem cabe a responsabilidade pela manutenção da família. Somente em situações extremas é permitido por alguns chefes de família que a mulher trabalhe na lavoura. A norma que rege o papel feminino na família como restrito às tarefas domésticas passa nesses momentos a ser um padrão ideal.

Outra ocasião em que às aspirações e organização da família se sobrepõe a necessidade de garantir a sobrevivência e a reprodução da força de trabalho é quando os filhos são obrigados a deixar a escola para ingressar no trabalho.

"Não pode pagar um estudo, pelo menos pra ter um ofício tem de ter um estudo. Mal e mal pega o grupo e tem muitos que nem diploma tira, precisa aproveitar a um serviço pra ajudar em casa. A criança faz doze ano vai botar na roça. E se a gente pudesse estudar pra ter um ofício era melhor porque roça, sempre roça, num dá não".

A escola passou a ser valorizada de forma diferente

com a residência na cidade. Hoje a escola serve para aprender uma "profissão", um "ofício" que leve os trabalhadores, ou seus filhos, a deixarem o trabalho rural. As únicas alternativas que a cidade apresenta, no entanto, são de servente de pedreiro para os homens e emprego doméstico para as mulheres. Como estes empregos são mal remunerados, em grande parte do ano o trabalho volante é mais compensador. Assim, houve apenas dois casos de filhos trabalhando na cidade, um como motorista e outro como ajudante de mecânico. Algumas mulheres alternavam o serviço doméstico com o trabalho volante.

Outro aspecto valorizado da escola é a alfabetização na medida em que, aprendendo a ler, o trabalhador sente-se melhor aparelhado para relacionar-se com pessoas e serviços do meio urbano, como armazéns, atendimento médico, proprietários de imóveis, Justiça do Trabalho, etc. Saber ler e "fazer conta" é importante nestes tipos de contato e o trabalhador que já sabe sempre se vangloria de nunca ser "passado pra trás".(7)

Diante da impossibilidade de realizar estas aspirações, estas são, então, lançadas para o futuro, para os filhos menores ou netos. Segundo disse um trabalhador rural, "vai chegar o dia que só os velho vai trabalhar na roça. Os moço vai trabalhar na indústria".

Enquanto este dia não chega os trabalhadores têm de resolver o problema da sobrevivência diária. E a única solução que eles vêem para isso é, segundo as palavras de alguns deles, expressa na seguinte frase: "família unida vai". Em outras palavras, dificilmente o chefe da família consegue sozinho suprir a sobrevivência dela.



Ele o faz, então, antecipando a entrada dos filhos no mercado de trabalho.

Assim, como dizem os trabalhadores, "dá pra ir controlando". Este controle é que permite que o trabalhador e sua família se alimente, pague aluguel em alguns casos e adquira os demais bens que julga necessários. Se é preciso consertar algo na casa, comprar roupa, comprar uma televisão, etc., controla-se a alimentação. Ou então coloca-se mais um membro da família pra trabalhar mesmo temporariamente.

"Dá pra controlar em caso de saúde porque com saúde a gente come aquilo que tem ...

As vez a gente precisa ir num médico e num vai, diminói numa roupa. Carne nunca, só quando mato um coelho ... A mulher tá trabalhando (lavando roupa) porque o chão da casa tá precisando de cimento".

Este depoimento chama atenção para um aspecto importante: o da prioridade na distribuição dos gastos. Além do aluguel a alimentação, naturalmente, é a necessidade prioritária e consome a quase totalidade do ganho do volante. Sem alimentação não se trabalha, este é o princípio fundamental e por isto o discurso sobre o custo de vida é centrado no custo dos alimentos e este serve para medir o ganho. Frequentemente os trabalhadores comparam o quilo de um produto importante em sua dieta alimentar com a sua remuneração média diária e isto os leva a tirar conclusões sobre o aumento do custo de vida e a capacidade aquisitiva de sua remuneração.

"Como pode uma coisa dessas: um Kg. de banha tá dezessete cruzeiros e o trabalhador ganha por dia

uns quinze cruzeiros?".

A privação em que o trabalhador vive é sentida principalmente, portanto como privação de alimentos: Comer "mal e mal", "comer daquele jeito". O resto "nem se fala", isto é, o resto pode faltar mas a alimentação nunca pois ela é a condição para que o trabalhador se reproduza como força de trabalho.

"O que estraga a pobreza é os preços das mercadorias. Pobre vive de teimosô.

A careza é que criou esse abismo".

"Eu me aposentei mas continuo a trabalhar porque o ordenado não dá. O ordenado é bom, as mercadorias é que são caras".

Segundo os trabalhadores, agora é o "tempo do dinheiro" mas isso não adianta muito porque o dinheiro "num sustenta na venda".

Esta situação de penúria e pobreza não decorre de fatores como incapacidade de trabalho, inferioridade mental ou pobreza cultural. Estes tipos de explicações, facilmente encontradas em outros grupos sociais para qualificar o homem do meio rural, raramente são colocados pelos trabalhadores volantes.

Ao contrário, a pobreza é objetivamente qualificada a partir de suas condições materiais. A forma de solucionar o problema é exposta claramente:

"O nosso salário do rural tá muito baixo".

"Eu não assino nome mas na conta ninguém me dobra.

O nosso Presidente tá acompanhando um salário pa-

ra os funcionário dele que acompanha o custo de vida, mas o do rural não. Se nós for querer passar mais ou menos, quanto a gente gasta por dia? Com vinte cruzeiro não dá pra passar o dia, agora se a gente ganha doze ou treze cruzeiro não dá".

Em seu cálculo econômico, o trabalhador tira uma mé dia de quanto ganha por dia e quanto consome na alimentação, fun damentalmente, a qual é também diária como a remuneração. Tomando como parâmetro uma diária alta mostra que não é suficiente para concluir que a diária correspondente ao salário mínimo é inadmissível.

Um casal que tem uma situação privilegiada frente aos demais porque além de terem se beneficiado de várias indenizações - tanto por saída do emprego quanto por acidente de trabalho - com elas construindo uma casa e tendo ainda uma poupança no banco, não têm mais filhos dependentes e ambos trabalham dizem sobre a alimentação:

"Se ele (o marido) passar mal de boca não aguenta trabalhar ... Eu num tô mal não porque eu como do que eu tenho vontade. Nós tem saúde porque nós come bem".

A alimentação é valorizada como capacitação para o trabalho e como condição para a boa saúde. Este casal, porém, é uma exceção, todos os demais vivendo a situação atual como uma situação de carência. Contrastando com o casal acima há um outro, também sem filhos dependentes. Apenas ele trabalha pois a mulher tem vários problemas de saúde e não possuem casa própria. Ele disse:

"Pobre não pode nem conversar mais. Nem que tenha uma carne no mercado a gente não pode comprar. Tô com cinquenta e quatro anos mas ainda bem que Deus empata boa saúde e eu trabalho ... Aqui não vai bem mas não é só eu, tá todo mundo que paga aluguel reclamando aperto. O aluguel é que estraga tudo ... Eu não sou bebelão, não sou invocado a joga, nunca vou num circo, não abro a mão e nunca juntei dinheiro. Eu não sei porque isso. Mas também eu ganho isso, vou na venda e não trago nada".

Uma vez que seu ganho não lhe permite se alimentar bem, este trabalhador, diferentemente do outro mencionado, atribui a Deus o fato de ter boa saúde já que não pode haver outra explicação. A alimentação que ele pode ter não é suficiente para explicar que, ainda hoje, depois de vários acidentes no trabalho por ele relatados, tenha ainda disposição para o trabalho no caminhão de turma. O aluguel, neste contexto, aparece como o gasto mais pesado para o trabalhador que, morando nas fazendas nas quais trabalhava antes de tornarem-se volantes, tinham a moradia como parte de sua remuneração mas que, segundo lhe parece, era de graça. O aluguel, além de ser gasto novo para o trabalhador, é motivo de grande preocupação porque ele não pode, como acontece com a alimentação, ser limitado conforme a situação. Tem de ser pago integralmente e sob ameaça de despejo quando o atraso é grande. Dessa forma, além da alimentação, o aluguel se afigura como o pior de todos os gastos, ao roubar parte da alimentação do trabalhador que tem de pagá-lo e passa a ser responsabilizado pela situação geral de carência.

Nas épocas de entresafra, quando este equilíbrio precário que o trabalhador consegue "controlando" as despesas é fortemente ameaçado, "vale mais ter crédito do que ter dinheiro" para comprar nos armazéns. Nes-

tes momentos surge a "ajuda" que os ricos deveriam dar aos pobres, como um dos temas de seu discurso.

É fácil compreender, assim, a eficácia do trabalho de empreitada, no qual o trabalhador ganha de acordo com seu desempenho, no sentido de conseguir do trabalhador uma intensificação no ritmo de trabalho e, assim, beneficiar também o fazendeiro ao produzir muito mais. É nas épocas nas quais devido a urgência do serviço para as propriedades se organiza o trabalho na forma de empreitada que o trabalhador tem por oportunidade de ganhar mais. Por isso, como disse um trabalhador, "tudo que a gente tá ganhando na empreita a gente tá gastando pagando as dívidas".

Segundo o trabalhador volante, são tres os responsáveis por este estado de coisas: o fazendeiro - porque não planta nem deixa plantar alimentos, o comerciante - porque compra barato e vende caro, o Governo - porque não tabelo os preços das mercadorias e não aumenta o salário.

Cada trabalhador, em momentos diferentes, atribui a estes a culpa pela sua situação atual. O depoimento a seguir engloba as opiniões de vários trabalhadores:

"A derrota do país foi o café e o gado. Se houvesse um tomo no gado e no café então o salário também vinha abaixo mas também endireitava. ... O que não é capim é lavoura de café, mas o mantimento eles não alembra. Não tá mais havendo plantio de cereal por causa da alta do gado. Nesso salário não tá acompanhando o custo, tá abaixo do custo ... Eles tão vendendo café como se fosse uma exposição. É certo que os mantimentos vão acompanhando esse preço. Isso aí tem de ser o entendimento de quatro a cinco Presidente. Eles tem de fazer as conta e ver que tá pego é nisso aí. O que tá se vendendo hoje não é o valor, é a exploração. Tá num câmbio. Cada comerciante dá o preço que ele quer. As mercadorias tá acompa-

nhando o salário dos funcionários".

Colocando juntos fazendeiros, comerciantes e Governo, o trabalhador tem consciência que o sistema econômico e político como um todo não atende aos interesses do trabalhador rural e privilegia outros grupos sociais. Surge neste momento, com maior intensidade, o discurso sobre a "pobreza", o "povo pobre".

Do enfatizar sua pobreza o trabalhador a coloda como um destino. Os pobres existem em oposição aos ricos, e isto se dá desta maneira porque alguém tinha de plantar já que os ricos prefeririam morrer de fome a plantar.

O Governo, por outro lado, está ou deveria estar acima dos interesses dos ricos mas por motivos que veremos num outro capítulo isto não acontece.

"Eles (os políticos) só quer ajudar os que tão rico. Os pobre fica cada vez mais pobre".

"O Governo tem de favorecer os pobre mas só tá favorecendo os rico".

"Nós, moça, o pessoal pobre que trabalha em pau-de-arara, precisava de uma pessoa pra tomar providença porque tá sendo ju-diado demais".

A solução para a pobreza é, nestes momentos, buscada na interferência de alguém que tenha poder, isto é, espera-se ajuda de quem pode dá-la porque a pobreza, em si, por ser fraca não poderia ajudar a si mesma.

"Na base que nós vai, a pobreza, a melhora deles é só quando Jesus chamar".

"Pobre vive num sei como, é só porque Deus quer".

O fatalismo que acompanha a visão da pobreza, no entanto, coexiste com a de que os pobres não aguetam mais. Os valores de resignação e conformismo, embora mais presentes em alguns que em outros indivíduos, são compartilhados com maior ou menor intensidade com a crença na própria capacidade da pobreza em melhorar sua situação.

Os trabalhadores dizem: "pra melhorar só união".

O imperativo da união e que tipo de união poderia haver serão vistos de forma mais prolongada mais adiante. O que é, no entanto, importante é compreender que as condições materiais nas quais o trabalhador volante vive, que é, como vimos, principalmente representada como privação de alimentos, são por ele sentidas como insuportáveis e são a base sobre a qual se sustenta seu discurso em torno de uma possível união com a finalidade de defender seus interesses.

## NOTAS

- (1) O Código Nacional de Trânsito regula o transporte de pessoas em caminhões exigindo, entre outras coisas, cobertura de lona para a carroceria, bancos fixos com encosto para quarenta e cinco pessoas no máximo, guardas altas de madeira ou corda na carroceria.
- (2) Na empreita a remuneração é por produção sem limitações à produtividade individual. O tempo da jornada de trabalho, algumas vezes, é livre. As colheitas são sempre feitas na base da empreita e, em alguns casos, também as carpas. Esporadicamente alguns outros serviços como destoca de terreno, plantio são realizados assim. Todos os outros serviços são remunerados com base em diárias fixas, observando-se a jornada de oito horas e horário de descanso.
- (3) Sobre a significação do ganho e do salário na relação de trabalho ver também Sigaud, Lygia, 1977(b). Ao contrário do que ocorre na Zona da Mata de Pernambuco o ganho, no caso aqui apresentado, adquire outra dimensão na medida em que a ele é contraposto o salário-mínimo cujo equivalente em dinheiro é questionado por todos os trabalhadores volantes uma vez que os níveis salariais da região são mais elevados em parte do ano agrícola.
- (4) Sem dúvida o ideal de maximização do ganho só se concretiza na época das safras em função da situação do mercado de trabalho. Nos primeiros meses do ano, durante as três colheitas principais - algodão, cana e café - surgem inclusive trabalhadores de outros municípios. Os meses que vão de julho a setembro mais ou menos são os que têm mais baixa procura de por mão-de-obra.
- (5) O mesmo se observa entre os "trabalhadores da rua", da Zona da Mata



de Pernambuco, segundo demonstra o trabalho de Sigaud, Lygia, 1977(a)

(6) Ver também Alier, Verena Martinez, 1977.

(7) Ver Martins, José de Souza, 1975.

CAPÍTULO III  
OS DIREITOS E O SINDICATO

Os "Direitos"

Os trabalhadores dividem o tempo em antes e depois dos "direitos". (1)

Por mais que fique demonstrado, através dos estudos já realizados, que a transformação do trabalhador rural residente na propriedade em trabalhador volante é anterior à implantação do Estatuto do Trabalhador Rural, o que realmente interessa aqui, e que é bastante importante, é que os trabalhadores vêem as mudanças que os atingiram enquanto força de trabalho, de forma simbólica, a partir da execução da legislação trabalhista aprovada em 1963.

A quase totalidade dos trabalhadores entrevistados afirma que os "direitos" vieram desde o tempo de Getúlio Vargas mas não eram aplicados, "estavam engavetados", como declarou um deles. Os direitos foram, portanto, deixados por Getúlio que, como Presidente da República, foi o único, no entender dos trabalhadores, a beneficiar os trabalhadores rurais.

A legislação trabalhista não está associada, nas representações dos trabalhadores, às lutas políticas empreendidas antes da promulgação do Estatuto e que tiveram uma razoável expressão na região. Por este motivo, apenas dois trabalhadores mencionam dois outros presidentes como cumpridores das ordens deixadas por Getúlio Vargas:

"Os direito veio desde Getúlio mas estavam engaveta-

do. João Goulart é que veio cumprir o que ele deixou".

"As leis vieram desde o finado Getúlio, depois continuaram com Jânio Quadro, que correu, e com João Goulart, que tiraram. Não sei porque mas acho que foi os fazendeiros que fizeram isso. Os militar são parte a parte".

Após 1964 é que o Estatuto começou a ser realmente aplicado, de forma que os "direitos" referem-se ao tempo de agora, isto é, ao tempo posterior ao Estatuto, que coincide com a mudança de regime político do país. Por isso, embora os trabalhadores mal saibam quem é o Presidente, ele continua sendo o único que, estando acima dos interesses de grupos particulares, pode resolver os problemas de conflitos de interesse entre os trabalhadores e proprietários rurais.

Assim, a forma como o trabalhador representa a história dos direitos, apesar de existir a interpretação sobre a manipulação dos fazendeiros sobre o Governo a fim de impedir sua vigência, prescinde da participação deles.

O nível de valorização dos trabalhadores com relação aos direitos parece se situar em dois planos distintos: num primeiro momento se constata um discurso sobre o significado deles em termos quase que libertadores:

"Abaixo de Deus quem manda é os dereito".

Transparece aqui uma crença mágica nos direitos que têm um significado messiânico para os "pobres" que, aqui na terra, só têm a seu favor os seus direitos.

Em maior ou menor grau a valorização dos direitos é

endossada por todos os trabalhadores, até o momento em que percebem as manipulações da classe dominante - fazendeiros e usineiros -, seus advogados e a instituição da Justiça do Trabalho.

Neste momento é forjado um outro discurso quando, à idealizada representação dos direitos como algo sagrado, sobrepõe-se a constatação de que os direitos e a Justiça do Trabalho podem ser dobrados pelo poder do fazendeiro. Falando sobre uma usina de um município vizinho, onde parece que este poder "dobra" mais facilmente a justiça, disse um trabalhador:

"Machuquei nas veia da perna com uma sacaria e até hoje não pagaram. Não adianta ir na Justiça, não adianta ir lá sobre a M., é perder tempo. Eu agora pedi a conta. Eu perdi meu pai na força elétrica lá na usina e minha mãe foi pedir um resto de tijolo e eles disseram que não tinha nada a ver que ele tivesse morrido lá. Quando eu saí de lá, eu trabalhei nove anos lá, eles não pagaram nada, disseram só muito obrigado. Eu desejava saber porque não vai pra frente as reclamação na Justiça em Ribeirão. Os advogado são tudo da usina".

Na medida em que o trabalhador faz uma reclamação e se vê lesado em seus direitos ele começa a duvidar da infalibilidade dos direitos. Disse uma trabalhadora, revoltada porque o marido havia aceito um acordo com o fazendeiro recebendo quinhentos cruzeiros por oito anos e meio de trabalho na fazenda quando, de acordo com os cálculos feitos no sindicato, deveria receber quatro mil cruzeiros: "A lei tá muito fraca aqui em Cravinhos".

Em parte este tipo de atitude do trabalhador pode ser explicado pela própria resposta que deu ao perguntar-se porque fez tal acordo: "esperar esse negócio no fórum... Ia demorar muito, eu recebi logo". Mas para que o trabalhador aceite e mesmo justifique tornando geral a prática do acordo está na base a própria forma como os direitos são representados por ele, ou seja, a gratuidade com que foram "dados" aos trabalhadores.

Por outro lado, a atitude reivindicatória não é perseguida pelo trabalhador, que ainda não domina as sutilezas da linguagem institucional, carregada de artifícios onde facilmente tropeça. A linguagem da lei, não sendo compreendida pelo trabalhador, dá infinitas possibilidades aos proprietários na sua manipulação e defesa de seus interesses. O seguinte depoimento é significativo de uma prática utilizada por fazendeiros e também empreiteiros:

"Quando a família dá um certo tempo de casa ele (o fazendeiro) vai num mais novo da família e a família toda vai embora. Ele disse que não ia dar nada pra mim porque eu tava indo embora porque eu queria e pro rapaz (seu filho) não pagava nada porque ele tinha desobedecido ... Ele mandou eu procurar os meus direitos. Foi pra Ribeirão, ele entrou com quatro advogado ... Agora na fazenda eles fizeram ele, o menino, assinar oito folhas e ele perdeu o dinheiro".

A assinatura de recibos em branco é comum entre os trabalhadores volantes. Documentos, provas escritas, recibos, etc. fazem parte de uma linguagem até agora desconhecida ou

ainda não assimilada pelo trabalhador. Se em alguns casos ele assina os recibos por medo de perder o emprego, em muitos outros demonstraram uma despreocupação e ignorância dos procedimentos legais. Vários trabalhadores mostraram suas carteiras de trabalho mas não sabiam se estava ou não assinada pelo empregador. Sobre o mesmo casal já citado, cujo marido fez acordo com o fazendeiro mesmo depois de orientado pelo sindicato, processou-se o seguinte diálogo entre eles e um dirigente do sindicato:

Ela : "Da outra vez que ele ficou parado (o marido), doente, ele disse que não ia pagar".

Dir.: "Ali o que a senhora devia ter feito é ter tirado uma cópia do atestado médico. Dava o atestado pra fazenda e ficava com a cópia em casa".

Ela: "Ele tirou. Demos o atestado pra ele".

Dir.: "Mas a sra. tem de guardar tudo quanto é documento que um dia vai precisar. Mesmo que o patrão trate bem, pareça bonzinho, confia com um pé atrás".

Ela: "Pois é, eu sou burra, num tenho estudo. O advogado que devia dizer, ele tem estudo, entende".

O trabalhador sente-se, então, impotente ante uma legislação e uma sindicalização apoiadas em modelos urbanos. Os canais através dos quais se dá a reivindicação trabalhista são regidos por códigos de linguagem e valores dificilmente entendidos pelos trabalhadores. As relações impessoais manipuladas pela burocracia jurídica, sem nenhum interesse pelos problemas pessoais do trabalhador, contrasta radicalmente

com os valores e ações destes, muitas vezes fundamentadas na coragem pessoal e prescindindo da mediatização da justiça trabalhista. Um dos pontos mais nebulosos, por este motivo, nas reclamações trabalhistas, é a configuração da despedida ou do abandono de emprego. Como, após uma desavença, o trabalhador abandona o emprego como uma forma de mostrar que não aceita ser enganado, perde os direitos trabalhistas que faria jus em caso de despedida do emprego. Neste ponto o advogado do trabalhador procura demonstrar, através das palavras usadas no momento do conflito, o ato de despedida.

Inicialmente, logo que foi instalada a Justiça do Trabalho, em 1969, o trabalhador que se dirigisse ao sindicato ou ao forum para dar queixa era incluído na "lista negra", de fazendeiros e empreiteiros. Hoje, a quantidade de reclamações trabalhistas e os ganhos de causa frequentes dos trabalhadores tornaram comuns, as tentativas dos fazendeiros em propor acordos feitos em bases pessoais quando se dá um conflito entre trabalhadores e empregadores e estes percebem que perderiam caso o empregado entrasse com processo na Justiça. Como o trabalhador ou não sabe quanto lhe é devido ou não se sente em condições em questionar a quantia oferecida, são feitos acordos irrisórios. Esta forma de resolver a pendência em termos pessoais desestimula a prática reivindicatória via sindicato e, portanto, limita a visão coletiva que o trabalhador possa ter sobre ela, cada um tentando resolver seu problema pessoal. O acordo é, inclusive, uma fórmula consagrada juridicamente através da qual são saem perdendo os trabalhadores.

Um outro fator que impede uma maior reivindicação por parte dos trabalhadores é a própria legislação na forma como é

vista e interpretada por eles. Na medida em que existe um salário-mínimo, o "salário de lei", como dizem os trabalhadores, quando a remuneração ultrapassa este teto é utilizada como uma manobra para que não sejam pagos férias, décimo-terceiro salário, horas extras, etc., que são incluídos nos recibos semanais. O trabalhador, por falta de esclarecimento, assume como seu o discurso do empreiteiro:

"Eu trabalho como volante. O meu dá 600,00, 700,00 por mes. O que passou a mais do salário o trabalhador já vai recebendo. Quando o trabalhador sai não pode procurar direito a nada. O direito que a gente tem se trabalha um ano com o empreiteiro a gente tá recebendo todo fim de semana".

"Na empreita, como os empreiteiro paga mais que o salário, então já fica tudo pago: décimo-terceiro, domingo ...".

O trabalhador acima, e outros que fizeram afirmações idênticas, não relaciona a remuneração à maior intensidade do trabalho na empreita e parece esquecer que o ganho corresponde ao sobre-esforço dispendido no trabalho. Ao aceitar o discurso do empreiteiro toma a remuneração acima do salário-mínimo como o pagamento de parte dos seus direitos.

Os "direitos" estão, assim, envoltos num discurso nem sempre condizente com as práticas para sua existência efetiva. Desta forma, mesmo um trabalhador que nunca reclamou seus direitos pode falar deles como o símbolo de um novo tempo e não apenas como pura idealização uma vez que, nestes momentos, reflete o fato de que, concretamente, vários trabalhadores obtêm sucesso em suas reclamações trabalhistas. O ponto de referência é, nesses casos sua experiência particular mas a categoria



social de que faz parte. No nível da informação sobre os direitos trabalhistas todos os trabalhadores foram capazes de falar sobre eles mas, quando se trata de que estes lhes sejam garantidos através de instrumentos legais eles nem sempre conseguem fiscalizar ou exigir seu cumprimento.

### O Sindicato

É importante observar o papel que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais tem nesse processo de socialização do trabalhador, tanto no que diz respeito ao encaminhamento que dá ao trabalhador em suas reivindicações e, a partir daí, na identificação feita entre direitos e sindicato, como no forjamento de uma ainda incipiente unidade dos trabalhadores em torno de seus interesses.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cravinhos é, desde sua organização inicial em 1961 ainda como associação, particularmente atuante neste sentido.

Para o Presidente do Sindicato, "o governo esvaziou muito as funções do sindicato por causa do assistencialismo. Os trabalhadores procuram, na maioria, para ter médico, dentista. Isto desviou das funções reais de um sindicato".

Durante o tempo que vem funcionando e diante da ambiguidade da situação do trabalhador volante que a legislação não contribuiu para esclarecer, o sindicato vem modificando o encaminhamento que dá às questões trabalhistas. Inicialmente todas as queixas eram encaminhadas contra o empreiteiro, resultando que este, ao perder a causa e sendo condenado a pagar, não possuía dinheiro nem bens para saldar a dívida ou, quando pos-

suia, arranjava um meio de safar-se passando os bens para outro nome. Aproveitando-se da própria imprecisão das leis para dar conta das novas situações que surgiram, os advogados dos trabalhadores passaram a utilizar a argumentação, apoiada em Jurisprudência, de que o empreiteiro é um mero intermediário, "testa de ferro", que não pode ser caracterizado como empregador. A partir daí as propriedades passaram a ser chamadas para integrarem os processos.

Em muitos casos as próprias partes procuram o sindicato para homologar o acordo já combinado anteriormente, no caso do empreiteiro se dispor a resolver ele mesmo com o trabalhador. São casos em que o empreiteiro, não estando interessado em envolver a propriedade para a qual trabalha, assume explicitamente a responsabilidade pelo vínculo empregatício. Quando isto não acontece a reclamação é encaminhada ao forum para ser marcada audiência, sendo chamada a propriedade que contratou o empreiteiro.

Disse o Presidente do Sindicato que o ano passado - 1973 - houve mais de cem reclamações trabalhistas e que "a maioria mesmo acerta entre eles e o patrão".

O procedimento atual de responsabilizar diretamente a propriedade, caracterizando o empreiteiro como um empregado dela, tem gerado mudanças de atitudes por parte dos proprietários na contratação dos trabalhadores. Segundo afirmaram dirigentes do sindicato:

"Em 1968 os empregadores não aceitaram a sugestão do sindicato de eliminar o empreiteiro. Hoje, alguns aceitam e vêm aqui diretamente para arranjar trabalhadores. Quanto aos trabalhadores também tem aumentado

bastante quando viram que nós estávamos conseguindo trabalho pra eles além do salário-mínimo, além de pagar as coisas a que ele tem direito..... As usinas é que estão exigindo empreiteiro com firma ou então registra a turma e o empreiteiro é apenas um aliciador de mão-de-obra".

Com relação aos empreiteiros, têm utilizado a prática já mencionada de fazer os trabalhadores assinarem recibos nos quais constam o recebimento dos itens prescritos pela legislação. Apesar das recomendações do sindicato aos trabalhadores de que não assinem estes recibos e inutilizem com um traço a parte em branco para que nada seja acrescentado nela, este tem-se tornado um procedimento comum.

Além da orientação quotidiana dos trabalhadores na forma como devem encaminhar suas relações de trabalho com fazendeiros, usineiros e empreiteiros, o sindicato organizou recentemente, em outubro de 1974, uma assembléia geral a fim de colher propostas para a realização de Acordo Coletivo de Trabalho que pretende fixar o teto salarial em um salário-mínimo e meio, exigir a anotação das Carteiras de Trabalho tanto por fazendeiros como por empreiteiros, o não desconto dos dias de chuva nos quais o trabalhador não pode realizar o serviço repercutindo no pagamento do dia de descanso, o fornecimento de segunda via dos recibos aos trabalhadores, entre outras coisas.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cravinhos tem cerca de mil sócios sendo que cerca de seiscentos apenas pagam a taxa de associação. Este número, segundo seu Presidente, cai bastante na época da entressafra. De um modo geral, diz ele, o tra

balhador paga somente enquanto está com reclamação em andamento.

Apesar disso, a quantidade de trabalhadores que , mesmo não sendo sócios, diariamente procura o sindicato a fim de expor problemas de demissão, pagamentos indevidos, pressões dos patrões, etc., ainda que não encaminhe queixa formal mas apenas venha sondar e se informar é bastante expressiva não só da influência que ele tem entre os trabalhadores como do nível de insatisfação e tensões existentes nas relações de trabalho.

Portanto, o valor que os trabalhadores atribuem ao sindicato esta diretamente relacionado às posições assumidas por este frente ao empregador. Disse uma trabalhadora:

"Agora a única coisa que tá bom aqui, que antigamente num tinha, quem trabalhava na roça num tinha nada disso é esse tal de Sindicato de Cravinho. Vamo supor, a gente trabalha uma semana com um cara e ele num paga, a gente vai lá e ele é obrigado a pagar... Isso aí tá bacana aqui agora, de primeiro num tinha não. ... Mas eles dão jeito, viu. Demora um pouquinho mas eles dão jeito".

A identificação do sindicato aos direitos remonta ao passado, que constitui sempre o pano de fundo para comparações, quando "só tinha o sindicato dos patrões.

O trabalhador num tinha como defender os direito", afirma outro trabalhador.

Assim como os direitos são leis, no entender dos trabalhadores, e por isso não podem ser contestados, o sindicato

também é lei. Em outras palavras, foi o Governo, que é quem faz as leis, que determinou a formação de sindicatos.

O aspecto legal do sindicato é tanto mais enfatizado quanto os trabalhadores têm presente as ameaças e acusações que cercaram o início de seu funcionamento quando, antes da mudança política de 1964, o sindicato era identificado como comunismo e mesmo depois quando os fazendeiros pressionavam individualmente os trabalhadores que o procuravam. Sobre esta época, disse um trabalhador:

"Eu sou um dos que rasgou a carteirinha (do sindicato). Fizemo uma passeata em Ribeirão. Depois o governo não deixou mais porque era contra o governo. Chamaram até o C. (Presidente do Sindicato) de comunista mas ele não é. Naquele tempo o sindicato era fraco. Parece que agora tem quatrocentos e cinquenta sindicato registrado. Quero ver eles derrubar agora, agora eles não consegue derrubar. O C. foi perseguido, foi até pra Alemanha, ia ser morto".

Este trabalhador, o único que se referiu de forma tão clara a estes episódios, tendo sido sitiante e meeiro continua particularmente motivado pela palavra de ordem principal do sindicato (na época ainda não reconhecido como sindicato mas como associação) naquele período que era a reforma agrária. Ele diz, ainda:

"No sindicato eles num fala mais nisso. Pensa assim mas tem medo de falar porque eles já foram perseguido".

Até 1970 (O sindicato foi oficializado em 1968) houve

denúncias aos órgãos do Exército contra o sindicato e a pressão sobre os trabalhadores para que não se filiassem era muito grande.

Em momentos de crise, seja nas relações de trabalho, de moradia, problemas de saúde, etc. recorre-se cada vez mais ao sindicato. Casos atinentes à Justiça Civil, problemas pessoais são levados ao Presidente do Sindicato, de quem se espera ajuda. O sindicato passou, assim, a se constituir o único ponto de apoio ao qual o trabalhador pode recorrer, desempenhando "funções extras" que têm resultado algumas vezes em desgaste na relação do trabalhador com o sindicato na medida em que este não pode resolver os casos que não são de sua competência e desse modo desaponta as expectativas do trabalhador que o procurou.

Como já foi indicado, a linguagem institucional utilizada pelo sindicato enquanto órgão burocrático não é rapidamente compreendida pelo trabalhador ocasionando vários pequenos equívocos. O maior deles é a própria sistemática da Justiça do Trabalho, cujo funcionamento parece estar ajustado e adequado aos interesses dos patrões na medida em que a longa demora na tramitação do processo e as exigências para sua instrução são inadequadas às necessidades dos trabalhadores rurais. Sendo o sindicato, no entender dos trabalhadores, o órgão que deve zelar por seus direitos, resulta muitas vezes em desinteresse pela organização sindical e até em descrédito, como demonstram os casos seguintes:

"Hoje o sindicato tá do lado do patrão. Tem uma demanda minha lá desde março e não deu em nada até agora".

"Eu fui lá (no forum), inda tive que pagar as duas testemunha , 90 cruzeiro, e nem ouviram. Ouviram uma dele (do empreiteiro) e chamaram agora de novo pra ouvir outra, as minha eu paguei pra nada. Nem pra isso tã me servindo. Sei lá, aquele sindicato é uma confusão. Uns ganha outros num ganha, eu num sei o que é.

Acho que é azar meu, tudo que serve pros outro num serve pra mim".

Além dos dias de trabalho que perde, a falta de documentos escritos obriga os trabalhadores que recorrem à justiça apresentar provas testemunhais que, para serem conseguidas, redonda em mais gasto para eles uma vez que pagam o dia de trabalho perdido pelos que irão testemunhar, também trabalhadores.

Uma questão importante e que vai influir diretamente no encaminhamento das questões trabalhistas é a da relação entre advogados e trabalhadores, via sindicato.

Na medida em que o sindicato orienta ou aceita a orientação de seus advogados, principalmente no que diz respeito ao acordo proposto sempre pela parte reclamada - a fazenda ou usina - na primeira audiência no forum, está se comprometendo com uma determinada linha de atuação que é facilmente percebida e criticada pelos trabalhadores. Disse um deles, refletindo a realidade comprovada no levantamento dos processos trabalhistas realizado como fonte secundária de informação:

"O M., que já foi advogado do sindicato, era muito bom, não fazia acordo, não perdia uma. O de agora não tã

servindo pra nada".

Parece que este tipo de orientação depende mais do desempenho - e empenho - profissional do advogado do que do próprio sindicato. Uma vez proposto o acordo o trabalhador tende a aceitá-lo e se o advogado não o instrui, aceitando também, não há processo que ultrapasse a segunda audiência. Fazer acordo não requer nenhuma exigência maior em termos de instruir um processo e de acompanhar sua tramitação, às vezes durante anos quando recorre-se da sentença, além de que rapidamente o advogado recebe seus honorários.

A defasagem entre o discurso continuamente repetido pela direção do sindicato aos trabalhadores e a forma como os processos de reclamações trabalhistas estão sendo encaminhados pelos advogados não é facilmente explicável, dando oportunidade ao aparecimento de várias versões que comportam acusações mútuas entre dirigentes sindicais e advogados, geralmente sobre fraudes com relação ao dinheiro ganho pelos trabalhadores nas causas, das quais se aproveitam os empregadores como forma de desencorajar a aproximação com o sindicato.

Esta defasagem é esclarecedora quanto a um ponto importante. Embora reduzido em seu papel a simples mediador burocrático entre trabalhadores e Estado, através da Justiça do Trabalho que funciona como último árbitro nas questões e conflitos entre empregados e empregadores, o Sindicato de Cravinhos mantém, nas pessoas de seus dirigentes, uma linguagem altamente identificada com a dos trabalhadores, que frequentemente entra em choque com a organização e burocracia sindical somadas às da Justiça Trabalhista. Isto quando não entram também, para



confundir ainda mais, interesses e compromissos pessoais entre os representantes da justiça e os proprietários rurais.

Essa contradição tende a aumentar na medida em que os trabalhadores não têm uma participação maior nas decisões e posturas adotadas pelo sindicato. As dificuldades que os trabalhadores sentem em dominar a linguagem institucional torna problemática esta participação e a própria formação de quadros dirigentes é bastante dificultada. Conforme se depreende do relato de um dos dirigentes atuais, o medo e a insegurança predominam:

"Num viu aquele homem que tava aqui ontem? Ele é do Conselho Fiscal. É o melhorzinho de todos, mas é medroso! Se for pra ficar aqui e resolver caso com patrão ele num quer. A gente tá tentando explicar pra eles, fazer eles participar mais, entender mais como é que faz. ... Eu mostro como que faz uma circular, eles presta atenção mas daqui a pouco tá tudo desligado. Eles dizem que eu faço essas coisa. Quando foi eleita a diretoria, o povo elegeu eles, eles tava tudo sem saber o que ia fazer. Então tinha um certo cargo que chamava delegado federativo, que ninguém sabia o que era. Então eles dizia: eu quero ser isso, eu quero ser delegado federativo. Depois que a gente explicou o que era, que dissemos que tinha de ir a São Paulo umas duas vez por ano, votar, eles apavoraram, ninguém queria mais. ... Aí nós fomos explicando. Conselho Fiscal: responsável pelo dinheiro. Eles intê botava a mão no coração. Ir falar no forum eles morria de medo. Aí nós fizemos uma reunião, um cara explicou tudo direitinho como que

funciona, eles perderam mais o medo".

Resulta desta situação que o sindicato é excessivamente identificado à pessoa do seu Presidente que, segundo os trabalhadores, "é muito bom", "toma conta de tudo" e resolve os problemas".

Esta transferência das responsabilidades na resolução dos conflitos ao sindicato não é, no entanto, a única atitude verificada entre os trabalhadores. Segundo declarou o Presidente do Sindicato, há muitos trabalhadores que pagam o sindicato durante um processo trabalhista mas deixam de fazê-lo assim que têm seu problema resolvido. Há, no entanto, aqueles que se identificam com o órgão e o consideram um representante da coletividade de trabalhadores rurais e se ainda é fraco é porque os próprios trabalhadores não têm união:

"Existe pouca união entre os trabalhador. O sindicato serve mais ao patrão porque não exige mais do salário-mínimo pro trabalhador. O sindicato era pra isso, pra reunir os trabalhador e se o fazendeiro não quisesse fazer daquele preço todo mundo parava, como os trabalhador da indústria".

Na medida em que existe pouca união, os trabalhadores, segundo o raciocínio deste e de outros trabalhadores, têm um sindicato fraco, que se limita a exigir o cumprimento das leis e somente para os que o procuram, não resolvendo questões coletivas.

NOTA

- (1) A categoria "direitos" é da mesma forma utilizada pelos trabalhadores moradores da Zona da Mata de Pernambuco. Ver Sigaud, Lygia, 1971.

## CAPÍTULO IV

## UNIÃO: O DESEJO E A PRÁTICA

Os "direitos", como vimos no capítulo anterior, são "leis" e como tal foram concebidos pelo Governo, segundo as concepções dos trabalhadores rurais, e, portanto, exteriormente a eles. O sindicato também foi concedido para "ajudar" o trabalhador rural. Ambos são positivamente valorizados no que representam de amparo legal. Nenhum dos dois, entretanto, pode levar aquilo que os trabalhadores consideram sua maior arma e que viria solucionar, de uma vez por todas, os seus problemas: a união entre eles.(1)

O discurso sobre a união denota duas coisas importantes. De um lado, a consciência que os trabalhadores "volantes" têm do conflito básico de interesses entre eles e seus empregadores e, de outro, a consciência de sua força potencial. De forma contraditória, porém, a "união" surge num contexto no qual o que se coloca é a impossibilidade que ela se realize. Surge pela sua ausência.

Há motivos, apontados pelos próprios trabalhadores para que a união não se concretize. Em primeiro lugar, é a situação de extrema necessidade na qual vivem os trabalhadores que exerce o maior controle:

"Hoje se para um caminhão aqui na porta e diz: vou pagar 15,00 o dia, e eu digo: não vou por 15,00, só por 20,00, aparece um monte que vai por 15,00. O caminhão enche logo e estraga tudo. Um sozinho não conserta, tem que ter união. E eles ainda desfaz do trabalhador: não quer, problema seu".

Na medida em que o trabalhador "volante" depende do ganho da semana para fazer a feira, ele se sujeita a ganhar qualquer salário, desde que não passe fome e comprometa sua própria reprodução enquanto força de trabalho. A falta de união torna, assim, possível os mecanismos de dominação da força de trabalho por parte dos proprietários e dos empreiteiros que, aproveitando-

se da ameaça de desemprego, estimulam a competição entre os trabalhadores levando-os a um nível de atomização muito grande e à sujeição individual às regras determinadas pelos primeiros e manipuladas pelos segundos.

Além de estimular a competição, esta situação propicia a formulação de noções originadas pelas classes dominantes que colocam as explicações em termos de qualidades inerentes - no caso negativas - às pessoas. Assim, como disse um trabalhador expressando o que vários deles pensam, a união é um predicado que o "povo" não possui:

"O povo de Cravinhos é um povo vendido, bobo. Tem empreiteiro que já deu cano em muita gente, pega o dinheiro da fazenda e dá no pé. A gente tem de ir porque se eu num for sobe dois, tres no meu lugar. É um povo muito vendido".

Se as péssimas condições de vida e a constante frustração dos que têm esperanças de melhorá-las são o fermento para a discussão sobre a necessidade de união e até de algumas tentativas concretas, como veremos adiante, são também impedimentos para que ela se generalize dadas as condições de organização do trabalho volante.

Ou seja, a relação individual com o empreiteiro no momento de "pedir" emprego, a renovação intermitente - que no limite pode ser diária - desta procura, o caráter cíclico da demanda de mão-de-obra, a não existência de vínculo empregatício dificultam que o ideal de união se realize na prática ao tornar a insegurança uma característica constitutiva do trabalho volante.

Em segundo lugar, a união é avaliada pelo trabalhador a partir de seu significado político e neste contexto ele também avalia o peso da repressão:

"Pra melhorar só reunião, só fazendo uma greve. Mas num pode ser um ou dois. Aí tá arriscado ser preso. Tem de ser de quinze pra mais, de quinze pra vinte".

A repressão, historicamente, sempre esteve à serviço das classes dominantes e isto compreendem os trabalhadores ao associar união a repressão. As formas de coerção e intimidação utilizadas pelos fazendeiros no passado e atualmente, algumas incorporadas pelos empreiteiros, comportam uma gama de expedientes que vai desde a ameaça de desemprego ou sua efetivação através da proibição de que no outro dia o trabalhador "suba no caminhão", o emprego de "listas negras" nas quais estão marcados os nomes dos trabalhadores mais "criadores de caso", até a ostensiva presença dos "agentes da ordem", - o delegado e a polícia. O medo, cujo espectro impede que o trabalhador se organize para reivindicar, tem, assim, condicionamentos históricos bastante acentuados que contribuem para perpetuar a representação que o trabalhador rural faz de sua incapacidade de se organizar coletivamente em torno de objetivos comuns.

Certa vez, o sindicato, encontravam-se dois trabalhadores rurais - um deles do Conselho Fiscal do Sindicato - e o Secretário do Sindicato. Perguntei se havia casos de turma de trabalhadores pararem o serviço para reivindicar algo. Produziu-se o seguinte diálogo:

T.1: "O pessoal tem medo. Uma vez, numa usina, nós paramos. Tinha um empreiteiro que tava pagando 0,45 o metro de cana e o que nós tava com ele tava pagando 0,30 o metro. Chamaram até o delegado mas aí eu falei: porque esse tá pagando 0,30 se o taião é igual? Ele (o delegado) aí chamou o outro e perguntou: quanto voce tá pagando? Ele disse: 0,45 o metro. Aí ele viu que nós tinha razão".

T.2: "Mas uma vez numa usina nós também paramos. Era em vinte. Mas aí foi o pessoal vê aparecer a perua do seu... lá embaixo meteram o rabo entre as perna e foram trabalhar, ficando só em cinco parado".

Secretário: "E, esse negócio de greve tem de ser organizado. Se perguntarem: quem que orientou essa greve? Ninguém! Nós tudo paramo. Agora se o pessoal fala, foi o fulano que falou pra nós parar, aí num pode, tem de ser um pessoal de confiança, mas o pessoal é muito desorganizado".

T.1: "Ó, se é. Eu paro, eu já parei eu e mais dois. Todo mundo tem medo".

Dessa forma o processo de reivindicação deixa de ser uma ocasião de socialização do trabalhador em formas elementares de organização para tornar-se em ação isolada e atomizada, dando ensejo a que fazendeiros e empreiteiros identifiquem aqueles a quem chamam de "safados", "irresponsáveis", "encrenqueiros".

Por outro lado, a condição de trabalhador volante não os torna iguais entre iguais na medida em que outros atributos que decorrem do sistema de valores da sociedade mais ampla se lhes sobrepõe valorativamente. Situações nas quais a diversidade de comportamento e aparência física são manipuladas como símbolos sociais indicativos de diferenciação social se reproduzem de forma análoga.

As relações de vizinhança num bairro constituído apenas de trabalhadores rurais são marcadas pela desconfiança mútua reafirmada pelas marcas ou características de cada indivíduo.

"Aqui é um povo ruim ... o pessoal daqui da vila é um pessoal falso, que fala pelas costas, que não tem união. A senhora te- nha cuidado que eles fazem um trabalho pra senhora ou pro seu marido, pra atrasar no trabalho e mesmo ver ele no caixão. São tudo crente e nós somo católico. Eles pergunta pra mim porque é que eu vou à missa".

Além disso, a trabalhadora que deu esse depoimento é negra, o

que a leva a repetir muitas vezes que são pretos mas são "considerados" muito bem por tal ou tal pessoa. A cor da pele é uma das marcas mais significativas nas classificações existentes e manipuladas no sentido de mostrar que dentre os pobres existem os melhores e os outros:

"Tem muita briga, muito vagabundo (na vila). Tem muito mineiro e eles trabalham bem. Os que não trabalham mesmo, não é pra falar mal não, são os pretos. Estes vivem nas esquinas, bebendo".

Embora estes aspectos não tenham sido aprofundados pela pesquisa, ficou bastante evidenciada a ausência de qualquer forma de associação entre os trabalhadores deste bairro. Quanto aos outros, dispersos por outros pontos da cidade ou reunidos em "cortiços", o problema não surgiu nem foi colocado.

A afirmação da falta de união, como se vê nos depoimentos anteriores, parece concretizar-se também a partir da observação sobre o comportamento dos fazendeiros e a atribuição a eles de grande poder de união ao defenderem seus interesses:

"Em Altinópolis eles tã pagando 10,00 o saco de café e dão pousada e comida. Lá os fazendeiros são tudo unido, o que falar tá falado. Eles combina antes da colheita o que vão pagar".

A coesão dos fazendeiros dá-lhes condições de pressionar o Governo e fazer com que as decisões governamentais atendam a seus interesses em detrimento dos do trabalhador rural:

"Quando reunir tres ou quatro presidentes pra resolver isso aí (os preços das mercadorias), aí vão trezento fazendeiro e diz que não podem baixar, já levam os advogado e fica nisso aí e a pobreza fica cada vez pior".



A constatação de como os fazendeiros têm bem assentada a sua dominação e exploração da força de trabalho contando com a força, pressionando o governo e tendo a ajuda de profissionais especializados e havendo ainda a contrapartida da falta de união entre os trabalhadores leva, muitas vezes, a afirmações conclusivas de que nada é possível fazer. Nesses momentos o discurso do trabalhador é aparentemente fechado, fatalista. Apesar de todas as condições adversas, seria demais, no entanto, esperar que o trabalhador rural conheça apenas a submissão e a obediência. A reivindicação, apesar das pressões, dos direitos trabalhistas e as paralisações durante o serviço são exemplos reais conhecidos por todos. Acrescente-se a isso o conhecimento que muitos têm das lutas políticas travadas por trabalhadores rurais na região aqui estudada, embora a elas se refira vagamente como um "tempo quente". O discurso do trabalhador volante não poderia deixar de apresentar essas duas realidades: a consciência da força das classes dominantes e a consciência da própria força potencial, exemplarmente resumidas no seguinte depoimento:

"Eu sei que a vida tá difícil, mas tem de deixar do jeito que está. Se o povo quiser mudar é fácil, mas uns não querem. Nós aqui somos sofredor por causa de nós mesmo".

Como já foi dito, é nos períodos de crise de emprego, nos "meses ruins" da entressafra, quando a concorrência por emprego aumenta que se constata a necessidade de união através de sua falta. É, no entanto, nos períodos de grande procura de mão-de-obra, durante as colheitas, que, segundo os fazendeiros, os trabalhadores "se aproveitam da situação". É justamente nestas épocas que o controle que representa a necessidade de sobrevivência diminui e a necessidade, agora do proprietário, diminui sua capacidade de repressão. Diz uma trabalhadora volante:

"Lá na ... estava pagando 7,00 o saco aí o pessoal ficou tudo

parado. Alguns ficava trabalhando porque as mulheres queria trabalhar. No dia seguinte não foi quase ninguém. O fiscal da fazenda não pode falar nada. No dia seguinte eles pagaram 10,00 o saco".

Não é apenas, porém, a visão a curto prazo do ano agrícola e suas oscilações e as possibilidades que oferecem à colocação em prática de reações coletivas com o fim de aumentar a remuneração que está presente no discurso do "volante". Surgem, embora poucas vezes, por parte de trabalhadores que tiveram e têm uma experiência bastante dura no processo de trabalho e daqueles que participaram das lutas e reivindicações políticas do início dos anos sessenta, avaliações mais gerais sobre a situação do trabalhador rural, previsões de reações mais violentas e proposições de soluções definitivas.

"Vai chegar num ponto que a turma de pobre vai entrar no armazém e levar tudo e a força não vai poder com eles" ... Um dia vai estourar, mais cedo ou mais tarde vai ter que fazer a reforma agrária"... a chave do mundo é a lavoura, sem a lavoura ninguém vive. Então, tem que dar a terra pros lavrador, pra quem planta. Eu sou lavrador, o que é que eu vou fazer na cidade? Eu acho que lugar de lavrador num é na cidade. Ou então põe indústria que dê tres, quatro mil emprego, mas o governo só favorece as cidades grande, as pequena não".

"Do jeito que tá acho que vai morrer de montão de fome, acho que vai estourar uma guerra".

"Não adianta, no dia que o trabalhador tiver ganhando um milhão o quilo de arroz vai custar vinte milhão".

Esta visão do trabalh volante como inviável, ilegítimo, o

limite máximo do que podem suportar é compartilhada por todos os trabalhadores entrevistados e está na base do discurso sobre a mudança. Reforma agrária, aumento do salário e congelamento dos preços das mercadorias, trabalho permanente são as condições necessárias que os trabalhadores apontam para que não venha o caos.

Como vimos, o discurso sobre a união não se limita ao contexto do trabalho. Ele se explicita também ao nível das relações interpessoais e, ainda aí, justamente pelas formas de socialização existentes que se constituem em sua negação apesar da ênfase dada de que também nas relações de vizinhança e de parentesco a união é necessária. A contradição permanece: de um lado o discurso sobre a união como um imperativo de sobrevivência, de outro o exercício de uma prática acentuadamente individualista.

A união como caminho para a mudança é a alternativa que os trabalhadores vêm diante da constatação de que são eles mesmos os únicos com quem poderiam contar. Os trabalhadores acham, também, que caberia ao Governo promover a aplicação de medidas que visassem o bem-estar do trabalhador rural.

De início deve-se fazer uma distinção. Os trabalhadores conhecem os políticos locais e sobre eles têm suas opiniões ou repetem o que outras camadas sociais veiculam. Sobre este nível político falaremos mais adiante. O que interessa reter no momento é quais são as expectativas que alimentam sobre a instância mais alta de Governo do país, representada na figura do Presidente da República por eles.

A maioria dos trabalhadores entrevistados acha que houve Presi- dentes que os ajudaram. Alguns nomes surgem, entre os quais de Governadores, mas muito poucos. Apenas com relação a Getúlio Vargas parece haver um acordo. De qualquer forma, o fato de que os trabalhadores identificam Presiden- tes que lhes foram favoráveis ajuda a relativizar a figura, ainda bastante idealizada, do Presidente (qualquer um): não é todo Presidente que "olha" pa

ra o trabalhador rural. Os motivos que ocasionam estas atitudes divergentes, segundo as explicações construídas pelos trabalhadores, revelam duas formas de compreender o governo: ora como estando acima dos interesses de pessoas ou grupos particulares, ora como estando ao lado dos poderosos. Uma e outra são formuladas tanto por trabalhadores diferentes como pelo mesmo trabalhador em momentos diferentes.

De acordo com a primeira forma citada de explicar a atitude do Governo em nada fazer para melhorar a vida do trabalhador rural, o que ocorre é que o Presidente, identificado como o Governo, não está sendo informado das condições de vida do trabalhador.

"O Governo num sabe o que tá acontecendo. O fiscal são tudo ruim, come dinheiro pra deixar os comerciantes botar os preços que quer. Eu acho que o Governo num sabe, porque se subesse como vive mesmo o trabalhador tomava umas providença".

"Os fiscais que o Presidente manda não dizem pra ele o que está acontecendo, qual é a situação do trabalhador. Eles não fazem como a senhora que vem falar com o trabalhador, eles vão falar com os administrador que mostram o papel, que está tudo certinho, que pagam tudo, dão o leite ... e com os comerciante que dão uma bolada pra eles. Por isso que o Presidente não sabe".

Há muitos interesses contrários e mais fortes entre os trabalhadores e o Presidente, os quais, por serem defendidos por pessoas que a ele têm acesso, acabam por frustrar suas boas intenções. Para o trabalhador é difícil aceitar que aquele que para ele representa o poder máximo da nação não esteja interessado em resolver os problemas da "pobreza" e a explicação porque não o faz só pode ser exterior à sua própria vontade. Por este motivo alguns ainda alimentam esperanças com relação ao Presidente e a ele atribui

buem uma função assistencialista na solução de seus casos particulares: volta o tema da "ajuda" que os "ricos" e poderosos devem aos "pobres".

"Eu já estou velho, já não posso trabalhar ... vou escrever uma carta e mandar pro Governo: minha situação é essa, essa, essa, o que é que vocês faz por mim?".

"O Governo nunca me deu nada, do Governo eu nunca recebi nada".  
Tenho vinte e cinco ano e nunca recebi nada".

Fica claro, no entanto, que apesar do Presidente inicialmente ser representado como sobrepondo-se aos interesses de classes, o seu relacionamento é com a classe dominante e ele é cerceado pela mesma.

Na segunda forma de representar o Presidente ou o Governo não é colocada qualquer expectativa de ajuda embora se ache que é obrigação deste resolver os problemas do trabalhador rural. Isto não quer dizer, como já foi dito destacado antes, que o mesmo trabalhador que faz este tipo de formulação não tenha expectativas neste sentido mas apenas que, nestes momentos, não é assim que ele coloca a questão. Neste contexto o que é destacado é a fraqueza do Governo diante das classes dominantes ou porque estas são mais poderosas e impõem sua vontade ou porque lhe convém ceder às pressões. Para avaliar o poderio dos fazendeiros os trabalhadores tomam como ponto de referência, principalmente, a forma de utilização da terra repercutindo na alta do custo de vida.

"O governo tem de favorecer os pobres mas só tá favorecendo o rico. É como um cachorro de barriga cheia, voce põe um prato de comida perto dele, ele não quer mas não deixa ninguém chegar perto. Eles num planta (mantimentos) e não dão pro trabalhador plantar".

O trabalhador tem um controle e uma visão bastante clara das

crises no nível em que estas chegam a afetá-lo, apontando períodos melhores ou piores:

"O único Presidente que fez alguma coisa pelos pobres foi Getúlio. Os outros vieram só fazendo as coisa que ele deixou. Depois veio o Café Filho, o Dutra. O Juscelino, o que ele fez? Fez Brasília e subiu os preços de tudo que foi mercadoria. Até a farinha de trigo sumiu. Depois veio o Ademar, o Laudo Naretel, todos ele só cumprindo o que Getúlio deixou determinado".

"Presidente que olhou os trabalhador, o único foi Getúlio Vargas. Antes só tinha a lei do patrão. Depois num teve outro. Agora a gente nem sabe, num tem mais eleição como tinha antes".

A excessão de Getúlio Vargas, há outros exemplos raros de Presidentes que se "importaram" com o trabalhador rural. De um modo geral, o Governo existe desvinculado das aspirações do trabalhador.

No nível do poder político local, o acesso a informação do modo mais amplo e até o conhecimento pessoal permitem que o trabalhador faça avaliações, de um modo geral, sem a ambiguidade que cerca a imagem do Presidente, aparecendo mais claramente a utilização do poder a serviço dos "ricos" e em termos de benefícios pessoais.

"Aqui em Cravinho não tem nenhum Prefeito que eu ouça falar que se preocupa com o povo. Tudo quer só encher o bolso. Num devia de ser assim, um Prefeito passar quatro ano. Tinha de ter uma lei assim: voce vai passar um ano, se não servir dá um chute na bunda e põe outro".

O interesse dos políticos locais em conhecer os problemas dos trabalhadores rurais restringem-se aos momentos de campanha eleitoral, quando promessas são feitas e rapidamente esquecidas logo que ocupam os cargos para os quais foram eleitos. Essa consciência se manifesta com muita nitidez en-

tre os trabalhadores, levando-os a uma atitude de imenso descrédito. É interessante notar que os contatos pessoais descritos pelos trabalhadores com políticos em campanha são relatados com bastante ironia e revelam um grande aprendizado neste tipo de situação, como demonstram os depoimentos abaixo:

"Nenhum (político) se importa com os pobres. Eles tem os problemas deles, entre eles, os vereador ... no tempo das eleições todos são bom, promete, mas ninguém vive de promessa".

"Ele (o atual prefeito) apareceu aqui quando tava pra ganhar. Entrava, tomava cafezinho. Depois sumiu".

"Eles apareceram aqui (O candidato a prefeito, não eleito), eu disse pra eles: tamos aí!" (e riu, dando a entender que os enganara).

Embora a tendência mais marcante seja a de nada esperar das autoridades locais, há momentos em que o trabalhador pensa recorrer a elas. Isto acontece em momentos de crise de emprego e é estimulado pelo fato real de que, nestes momentos, há distribuição de gêneros alimentícios às famílias consideradas mais necessitadas pela Prefeitura. Constata-se, então, que as relações existentes podem comportar um determinado nível de ambiguidade que pode ou não ser utilizado e manipulado conforme os interesses envolvidos. Assim, um trabalhador, após afirmar que nenhum político se importa com os pobres, ou seja, com o trabalhador rural, acrescentou:

"Eu num tenho nada pra reclamar. Muita gente fala mal dele (do Prefeito), mas eu não. Ele nunca me fez mal. Num faz nada mas também num faz mal. Eu tenho certeza que seu fosse lá dizer que eu preciso de alguma coisa que ele me ajudava ... Ele num precisa de nós, nós que precisa dele".

Há uma margem no discurso do trabalhador para uma composição com o político caso ele venha a precisar - o que é bem possível - de alguma

"ajuda". Reafirma-se, assim, a política de concessão de favores individuais em troca do voto e do reconhecimento do poder político pessoal. O político mais influente da cidade, médico, mantém há vários anos a prática de atender graciosamente seus clientes sem recursos e por isso é bastante querido de todos.

"Quem nem a cooperativa médica, é nisso que o povo reclama dele (do atual prefeito). Tem de pagar vinte cruzeiro por mes, ninguém num pode pagar isso. Quando era o velho, não, tinha consulta de graça. Aparecia aquele mundo de gente na casa dele. Ia uma viúva, dizia que num tinha pra comer, ele escrevia um bilhete: vai lá, lá no bar do seu ... e come o que voce quiser lá".

Que essas práticas alimentam a expectativa da "ajuda" e o envolvimento pessoal convoca lealdades não há a menor dúvida. Entretanto, não se pode afirmar que tenha o maior peso nas escolhas efetuadas. Um dos trabalhadores, no dia em que fui entrevistá-lo, estava revoltado porque não havia ganho a quota de alimentos distribuida pela Prefeitura e prometeu que, caso ele fosse até lá novamente à procura de voto, teria que enfrentá-lo. O candidato a Prefeito, apoiado pelo ex-prefeito e médico mencionado acima, perdeu a eleição assim como seu candidato a Senador nas eleições de 1974. Sobre estas eleições, reproduzo o seguinte diálogo entre um trabalhador e o Secretário do Sindicato:

T.: "O pessoal já num segue ele como antigamente (o ex-Prefeito citado)"

S.: "Tava todo mundo louco. Eu fui pra estação só pra ver o movimento do pessoal.

... Sabe o que eles fazia? Isso aí eu acho que eles num precisava fazer, coitado. O dr. P. tava dando um almoço para quem



tava com ele. Eles ia lá, votava no outro e depois ia na casa do dr. e dizia que tinha votado com ele, que na fazenda não ia dar almoço. Ele aí dava um bilhete pra ir lá no almoço dele.

Voce acha que ele ia dar almoço pra toda essa gente com dinheiro dele? Ele ganha muito dinheiro com isso, pra fazer campanha pros político".

T.: "Não, não! Ele faz isso da vontade dele mesmo. Quem é outro médico aqui que dá consulta de graça que nem ele?".

A "ajuda" é benvida mas, de forma alguma, atenua a profunda insatisfação que todos os trabalhadores demonstraram com suas atuais condições de vida, entre as quais o custo de vida, principalmente dos alimentos, é o ponto central. E os trabalhadores sabem que não são as autoridades e políticos locais que podem resolver o problema. Somente o Presidente poderia mas há os impedimentos que já vimos. Estando assim desvendados os interesses e alianças daqueles de quem poderiam esperar algo, o trabalhador volante, então, contrapõe com muita nitidez uma consciência de classe através da qual surgem como tendo interesses diversos dos "outros" (fazendeiros, comerciantes, Governo, políticos) e contra os quais só através da união poderiam pensar em transformar a situação em que vivem. A possibilidade de organização e às tentativas de torná-la uma realidade se sobrepõem contundentemente os mecanismos de controle e intimidação das classes dominantes, a condição de assalariado temporário que torna insegura a sua reprodução enquanto força de trabalho, os baixíssimos níveis de remuneração. Por outro lado, na medida em que as aspirações são sistematicamente negadas por um maior nível de opressão econômica e política leva a extrapolações da situação atual e do "beco sem saída" no qual se sentem os trabalhadores volantes, ensejando previsões de momentos de crise violenta quando então resolverão os problemas ou obrigarão, pela força da reação, os detentores do poder a resolver suas principais reivindicações.

Essa linguagem da mudança não é tão comum como a sobre os "direitos" e a "união" mas tem nelas a sua raiz e sua sustentação prática nas péssimas condições de existência:

"E agora tá bom, vai piorar muito. Mesmo que venha a chuva só vai ter serviço lá pra novembro. Até que chove, nasce um matinho, pra plantaar ainda vai demorar. Num tem jeito, só a reforma agrária resolve. Cada um trabalhar pra si, aí num tá interessado se sobe os preços das coisa, tem tudo em casa. Ou então derrubando esse partido das Forças Armadas. Do jeito que vai num pode continuar, tem de sair esse partido e aí vai haver uma revolução".

Este depoimento citado é do único trabalhador que se refere claramente à reforma agrária e que pela sua história de vida demonstra ter tido, já através do pai, um grande aprendizado no nível político. Seu discurso é mais explícito com relação a isso do que o de qualquer outro trabalhador entrevistado. Deve ser notado, no entanto, que os mesmos elementos que ele contém estão presentes nos outros, embora de modo fluido e apenas esboçados na maior parte.

Além de conter em si elementos de validação da ordenação vigente o discurso do trabalhador volante apresenta, como sua outra face, a não aceitação de sua inferioridade como um dado imutável.

NOTAS

- (1) O discurso sobre a "União" e os motivos que a impedem são constatados de forma semelhante, guardadas as proporções, pelo estudo realizado na Província de Córdoba, Espanha, por Alier, Juan Martinez, 1968, op. cit.

## CAPÍTULO V

## O PASSADO E O PRESENTE

A percepção e avaliação que o trabalhador faz do presente está sempre e espontaneamente referida ao passado. É compreensível que pessoas que passaram por modificações tão profundas que obrigaram a uma redefinição de suas estratégias de sobrevivência e de seus sistemas simbólicos periodizem a história, assim como suas próprias histórias particulares, em antes e depois destas mudanças. As comparações são inevitáveis e necessárias enquanto permitem, através de sua explicitação, a reavaliação e reinterpretação das experiências passadas que ajudam a avaliação e interpretação do presente.

As idealizações do passado quando comparado ao presente, assim como as idealizações sobre o presente quando referido ao passado, não são homogêneas, no sentido de atribuir ao passado a marca de um tempo venturoso em contraposição a um presente desditoso. Há uma aparente ambiguidade, ao se compararem aspectos diferentes, decorrente da veemência com que os trabalhadores referem-se a estes aspectos, exacerbando os fatores negativos ou positivos. Desta forma, o presente pode se apresentar como "o tempo dos direitos" (positivo) ou o "tempo do dinheiro" (negativo). O passado pode apresentar-se como o tempo da "lei do patrão" (negativo) ou "tempo de fartura" (positivo). É óbvio que o trabalhador, ao ser levado a fazer comparações entre aspectos diferentes, não é tão ingênuo que não perceba o conjunto de uma situação. A tendência para enfatizar muito o que estão afirmando, naturalmente ampliada pela própria postura do pesquisador, é que leva a falsas conclusões no senti-

do de que os trabalhadores rurais não relativizam suas experiências.

Naturalmente, a experiência pessoal é que dá as bases para as avaliações. Assim, com relação ao passado e seu aspecto mais valorizado positivamente, que era a concessão de áreas de terra para plantação própria, podia ou não ser vantajoso se comparado aos padrões de sobrevivência atuais. Como vimos no primeiro capítulo, se alguns conseguiam uma boa produção, outros, pela situação familiar ou exigências do proprietário, não vêem vantagem significativa em comparação com o desgaste e as condições de trabalho existentes.

"No tempo que morava na fazenda era pior, não podia criar uma galinha, a horta não dava tempo, só nos domingos. Limpava num domingo, no outro aquele pedaço já estava precisando limpar de novo, o outro pedaço ficava encostado".

Não é sempre, no entanto, que o trabalhador faz comparações dentro do próprio passado ou do presente. A tendência é, como já disse, de enfatizar o raciocínio que está fazendo eliminando as contradições. É aí que é possível identificar o que é mais geral a quase todos os trabalhadores.

Através dos capítulos anteriores pudemos ver o conjunto de representações elaboradas a partir da vivência social da relação de trabalho como volante. É através deste conjunto de representações que o trabalhador avalia o passado.

Assim sendo, a "fatura" que para a grande maioria dos trabalhadores define o passado deve ser entendida dentro do contexto do salário e custo de vida, que vimos nos capítulos iniciais.

Segundo um trabalhador ex-colono e ex-sitiante, "antigamente era tempo de fartura, tudo era melhor".

E uma trabalhadora, esposa de ex-colono, "antigamente, nas fazenda, era tempo de fartura.

Nem que tivesse que dividir o que foi plantado com o patrão, ainda assim ficava muita coisa. Eles também ajudavam, mandavam saca de arroz, tinha muita ajuda. Hoje, pra tudo é preciso pegar no bolso".

A fartura é valorizada em si mesma, isto é, não se discute, nestes casos, as condições de trabalho já apontadas no primeiro capítulo sobre o colonato. Mais que isso, mesmo os trabalhadores que tiveram pouca experiência como colonos, tendo sido grande parte do tempo de suas histórias de trabalho camaradas assalariados, referem-se à fartura.

A afirmação da fartura e do passado como um tempo bom se faz de uma forma genérica num primeiro momento e só é compreensível se situada no contexto atual em que o nível de vida do trabalhador é permanentemente deprimido e com isso ele precisa trabalhar cada vez mais para comprar cada vez menos, como demonstraram muito propriamente alguns trabalhadores ao fazerem comparações entre os preços de alguns alimentos e a quantidade de trabalho necessário para adquirí-lo. Somado a isto está o desemprego que ameaça constantemente cada trabalhador, com excessão de poucos meses durante o ano, tornando insegura a sua reprodução como força de trabalho. Na fazenda os trabalhadores contavam com alguma coisa, mesmo os assalariados, e em último caso recorriam ao endividamento. Hoje não são todos que conseguem ter crédito nos armazéns estando totalmente submetidos à tirania do dinheiro, como quis dizer um

deles.

"Hoje s3o querem plantar uma coisa. N3o plantam um milho, um feij3o. Se cada um plantasse pra si teria tudo isso. Antigamente tinha fartura, se plantava de tudo. Se n3o se via o dinheiro mas tinha sempre um porco, uma galinha. Hoje, se n3o tem dinheiro n3o tem pra onde se virar".

Estes trabalhadores, ao representarem o passado unicamente pela abund3ncia de alimenta3o, n3o est3o inventando mas, tamb3m, contentaram-se em visualizar apenas este aspecto. Os depoimentos de outros trabalhadores ajudam a mostrar que, apesar da fartura de alguns alimentos, havia desvantagens:

"Agora 3 bem milho porque antes, quando trabalhava na fazenda, num sei, a gente num ganhava igual como eles d3o (hoje). Na fazenda a gente trabalhava, trabalhava. Tinha, sim, um arroz que plantava, um feij3o, tinha caf3 que a gente plantava, torrava e moia em casa memo, n3. Era, sabe, num ponto, muita gente achava milho porque era mais fartura".

A fartura tinha um pre3o - muito trabalho e pouco dinheiro - que hoje alguns trabalhadores consideram extremamente alto. O fato, no entanto, de poder produzir diretamente para a subsist3ncia continua sendo valorizado em si mesmo. S3o outras condi3es, que independem da vontade do trabalhador, que torna esta possibilidade de fartura n3o compensadora ou mesmo inating3vel para aqueles que, pela sua situa3o relativa, n3o conseguiam conciliar o trabalho para o patr3o e o trabalho para si de forma que fosse vantajosa.

A condição da fartura é o acesso à terra. Este acesso se constituiu num dos elementos que possibilitaram a reprodução da força de trabalho no passado. No presente, no entanto, as formas como os trabalhadores o representam são decorrentes da transformação do trabalhador em assalariado dependente exclusivamente da remuneração monetária. A terra não era propriedade da maioria dos trabalhadores entrevistados, os quais foram colonos. A relação do colono com a terra se dá como uma forma de compor o salário e assim deve ser entendida a fartura. Do momento em que o colono torna-se um assalariado sem possibilidades de utilização da terra, esta permanece como uma aspiração longínqua.

Refletindo o seu passado de utilização da terra na condição de empregado, disse um trabalhador volante:

"Se eles pagasse de acordo eu preferia colônia porque eles dão uma terra pra gente plantar".

Na medida em que foram transformados em trabalhadores rurais assalariados volantes, residentes na cidade, a terra tem um significado sem, no entanto, transcender as preocupações salariais. O ponto de referência é o salário monetário, a partir do qual ele se posiciona frente à possibilidade de utilizar um pedaço de terra para si.

Quando o trabalhador pensa na possibilidade de ter uma terra, agora que é um assalariado não idealiza esta posse como a solução para seus problemas.

Expressando o que muitos pensam, disse um deles:

"De primeiro era melhor, quando tinha colheita era melhor. A gente fica mais animado, tinha colheita



pra vender. ... Se tivesse uma terra pra plantar compensava mais. É mais difícil achar terra. Eu prefiro o salário a ter uma terra porque não esquentas as idéias. Pago as contínuas e espero outro mês. Se tivesse uma terra, tinha de esperar a colheita. Com o salário é mais firme. Com a terra se ganha mais mas é arriscado".

Este trabalhador foi colono e formador de café, tendo tido, em toda sua história de trabalho, uma relação permanente de uso da terra em benefício próprio.

Apesar disso, prefere ser um empregado assalariado. Como poderia se esperar que trabalhadores que durante longos anos, às vezes, tiveram acesso à terra e, não obstante, o máximo que conseguiram foi construir uma casa muito simples e pequena para toda a família, tornando-se finalmente volantes, tivessem uma visão idealizada da terra? Todos os trabalhadores disseram que é preciso ter dinheiro para ter uma terra. Ou então, como sugeriu um deles, assistência do governo e fornecimento, em cooperativas, de todo o material necessário, desde inseticidas a máquinas.

A percepção de que o trabalho na agricultura exige investimento e por isso se constitui um risco para quem não tem condições financeiras de sustentar um fracasso ou os meses da entressafra coloca a alternativa da posse da terra num ponto praticamente inacessível. O ideal seria uma combinação dos dois, terra e salário, como sugeriu uma trabalhadora filha de ex-colono e ex-meeiro:

"Óia, terra é melhor pra plantar, né. Agora se aumentasse o salário era melhor porque voce vê, se voce

plantar, voce tem de plantar, pra depois colher, pra depois vender. E pra voce comer? Então se aumentar o salário já não, já compra.

Agora sô se fosse assim uma família grande que metade tocava a terra, metade ia pra roça. Trabalhava, recebia toda semana pra comer. Agora se for uma família pequena, vamo supor, que nem eu que sou sozinha. Eu num posso plantar. Se a gente tivesse uma garantia, né, a gente fala: compro no armazém e depois no fim da safra eu pago. E se num dá nada?".

É importante observar que o trabalhador, como no caso acima, contextualiza o problema da terra dentro do circuito capitalista de produção onde o foco principal é a comercialização dos produtos e não a produção para subsistência, embora o trabalho seja sempre pensado em termos de mão-de-obra familiar. De um modo geral o trabalhador tem noção de que a posse de uma terra é uma forma de obter lucro e por isto, num primeiro momento, ele afirma que compensava mais economicamente do que ser assalariado. No entanto, ter terra sem condições econômicas para explorá-la é um risco muito grande e impensável nas condições atuais do trabalhador volante.

Existem, assim, dois níveis no discurso sobre a terra. O primeiro, que surge sempre inicialmente, é a identificação da terra com a fartura e a possibilidade sempre presente, em termos de idealização, de ter acesso a ela tornando-se independente do patrão atual e produzindo a própria subsistência como forma de eliminar o peso do custo de vida. O segundo descarta esta possibilidade ao colocar as limitações e o risco que não podem assumir, ante os quais é preferível manter-se como as-

salariado.

Os contatos realizados também com trabalhadores que já iniciaram sua vida de trabalho como volantes, que nunca moraram em fazendas e que, por isso, não demonstraram qualquer expectativa com relação ao problema da posse da terra mas sim quanto ao nível da remuneração e quanto à regularidade do emprego, permite pensar com mais clareza sobre o posicionamento do trabalhador volante quanto a estas questões. Estes trabalhadores encaram de forma mais clara a fazenda como uma fonte de salário. Neste sentido estão cada vez mais nivelados ao proletariado urbano, sem maior identificação com o meio rural.

O "tempo do dinheiro", em oposição ao "tempo de fatura", surgiu com os direitos, entre os quais está a "lei do salário". Como já vimos anteriormente, segundo os trabalhadores o salário e o custo de vida são os grandes responsáveis pela situação da "pobreza", de forma que o "tempo do dinheiro" é identificado como um tempo de muitas privações.

Apesar desta conotação negativa que os direitos assumem de terem introduzido o trabalho volante, quando a eles se referem os trabalhadores é para marcar o início de um tempo favorável. "Antigamente só tinha a lei do patrão", disse um trabalhador. E outro, referindo-se ao fato de não ter a documentação para se aposentar, disse que "naquele tempo, moça, trabalhador de fazenda era tratado que nem criação".

Os direitos vieram dar um novo status de pessoa ao trabalhador rural e por isso são altamente valorizados. Isto é sentido profundamente também pelos fazendeiros. Segundo um deles, os trabalhadores hoje são como "criança criada com mimo". Outro disse que "esse pessoal está virando gente". Também os fazen-

deiros referem-se ao trabalhador volante comparando-o ao trabalhador do passado, o colono ideal:

"Antigamente os trabalhadores gostavam do patrão. Hoje, eles não têm pena do patrão e oitenta por cento desses que estão aí é malandro. Antes eles trabalhavam com gosto. O patrão dava a terra e a casa, a terra limpa e adubada e ainda dava muitos presentes. Hoje, não. Mas isso começou por causa dos Departamentos e hoje eles acham que têm direitos".

Segundo a maioria dos trabalhadores, hoje não há mais possibilidade de acesso à terra porque veio uma lei que obrigou os fazendeiros a "botar todo mundo no salário". Além disso, o pagamento dos direitos ia sair muito oneroso para eles que preferiram, então, livrar-se de responsabilidades com empregados contratando empreiteiros. Direitos, salário-mínimo e empreiteiros são identificados como resultantes de um mesmo fato.

As expulsões das fazendas que foram posteriores à promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural são associadas pelos trabalhadores à inauguração dos direitos, tendo sido este o próprio motivo que levou os fazendeiros a expulsar ou pressionar para que o trabalhador saísse.

As pressões exercidas pelos proprietários visavam fazer com que o trabalhador resolvesse sair por conta própria e, assim, perder seus direitos trabalhistas. Contam dois deles:

"Depois o dono não deixava mais plantar nem criar. Não dava mais serviço pra mim. Não mandou embora mas fez isso, o quê que nós ia fazer?

Foram todos embora, ficou só eu naquela seção, na toca.

Cortaram a luz e a mulher ficava sozinha com medo. Tudo pra nós ir embora".

"Nas fazenda tava tão ruim como aqui, não podia plantar, não podia criar. Os fazendeiro começaram a judiar do povo pra eles pedirem pra ir embora. Eles não ia direto, eles falava com os gerente, os fiscal e mandava judiar do cara. Pro trabalhador ele dizia que gostava muito dele, que num queria que ele fosse embora: voce é o melhor trabalhador do mundo. E dizia pros fiscal: olha, voce reclama dele, portinha bastante ele, caba com a vida dele. Eles pegava, discutia, brigava e o trabalhador ia embora, eles num tinha nada com isso, os fazendeiro".

Ainda assim é uma época bastante lembrada em virtude das indenizações por tempo de serviço que muitos fazendeiros tiveram que pagar. Segundo dizem estes, foi quando começou a aparecer muito advogado e alguns deles tiveram até que vender terra para pagar aos trabalhadores. Disse uma trabalhadora cujo marido, ao sair da fazenda, fez um acordo que segundo ele "foi quatro milhão, foi pouquinho mas deu pra fazer a casa":

"Tiveram que mandar embora por causa de umas multas, tinha uns home apertando eles (os fazendeiros) e acho que também ficou ruim pro lado deles. Naquele tempo eles tinham de pagar muito abono de família. Era muitos milhão, até bilhão.

Tavam apertando eles, eles esmorece, né, tavam mandando tudo embora".

A concepção dos direitos trabalhistas como um dom está de acordo com esta interpretação. Os direitos, tendo sido concedidos por pessoas estranhas ao trabalhador rural, passaram a ser cobrados também por desconhecidos, "uns home" que estavam "apertando" os fazendeiros. Não há qualquer participação do trabalhador neste processo, o qual apenas sofre a ação dos outros e não escolhe o seu destino:

"Na usina não tem mais ninguém lá. Desmanchou mais de cinquenta casa. O povo tava tão bem morando na roça. O que estragou nós foi o tempo de casa: o patrão não quer se preocupar com isso e então botava pra fora".

Aquilo que foi concedido ao trabalhador como dádiva pode, por isso mesmo, voltar-se contra ele. A valorização positiva que este mesmo trabalhador citado acima atribui aos direitos não se choca com a constatação a que chegou. O que para ele ficou claro e é prejudicial é a incompatibilidade entre os direitos do trabalhador e os interesses do fazendeiro.

Entretanto, a demarcação do tempo em antes e depois dos direitos não exclui a possibilidade de outras explicações para a mudança nas relações de trabalho.

A crise do café e a transformação das plantações em pasto são identificadas por uma trabalhadora como um momento crítico pelo desemprego que gerou e a substituição do café pela cana pelo fato de excluir a possibilidade da roça:

"As coisa começaram a piorar quando os fazendeiros acabaram com o café e plantaram cana e pasto. Só queriam cana e pastaria".

Um trabalhador disse que os fazendeiros "começaram a

tirar o povo das casa", acha que "foi pra plantação" as terras cedidas aos trabalhadores e "o pessoal morar na fazenda pra não plantar não prestava". Outros simplesmente dizem que resolveram sair eles mesmos porque os fazendeiros não davam mais "café de colônia" e nas fazendas estava ficando "igual que na cidade".

Todas são explicações que se baseiam nas experiências pessoais de cada um e no modo como foram atingidos pelas mudanças nas relações de produção. Desta forma, coexistem níveis diversos de percepção e até mesmo de falta de conhecimento com que o trabalhador convive. O que ressalta, no entanto, das várias interpretações, é a consciência que os trabalhadores têm de que o que é bom para ele não é bom para o fazendeiro e, nos interesses em conflito, ganha o que tiver mais força para defender os seus.

BIBLIOGRAFIA

Alier, Juan Martinez

1968 - "La Estabilidad del Latifundismo", Ruedo Iberico, França

Alier, Verena Martinez e Boito Jr., Armando

1975 - "Enxada e Voto, 1974", in Lamounier, Bolivar e Cardoso, Fernando Henrique (eds.), Eleições e Partidos Políticos no Brasil, Cebrap/Paz e Terra

Alier, Verena Martinez

1977 - "As Mulheres do Caminhão de Turma", in Pinsky, Jaime (org.), Capital e Trabalho no Campo, Hucitec, SP

Brant, Vinicius Caldeira

1977 - "Do Colono ao Boia-Fria: Transformações na Agricultura e Constituição do Mercado de Trabalho na Alta Sorocabana de Assis", Estudos Cebrap, 19, jan/mar

Holloway, Thomas H.

1977 - "The Coffee Colono of São Paulo, Brasil: Migration and Mobility, 1880-1930", in Duncan Kenneth & Rutledge, Ian (Eds), Land and Labour in Latin American, Cambridge University Press, Cambridge

Ianni, Octavio

1973 - "Relações de Produção e Proletariado Rural", in Szmeccsányi, Tamás e Queda, Oriowaldo (org.) Vida Rural e Mudança Social, Companhia Editora Nacional, SP

1977 - "Notas sobre o Boia-Fria", Escrita Ensaio, Ano I nº 2



Martins, Jose de Souza

1973 - "A Imigração e a Crise do Brasil Agrário", Livraria Pioneira Editora, SP

1975 - "Capitalismo e Tradicionalismo", Livraria Pioneira Editora, SP

Parkin, Frank

1972 - "Class Inequality & Political Order", Paladin

Price, Robert

1974 - "Rural Unionization in Brazil", The Land Tenure Center, University of Wisconsin, Wisconsin (mimeo)

Ramos, Augusto

1923 - "O Café no Brasil e no Estrangeiro", Papelaria Santa Helena

Saboia, Jose Carlos de -

1978 - "De Senhores a Trocadores de Cebola - Estudos sobre as Representações de Fazendeiros da Região do Cravinhos, São Paulo", tese de mestrado a ser apresentada, Universidade Estadual de Campinas, SP (mimeo)

Sigaud, Lygia

1971 - "A Nação dos Homens", tese de mestrado, Museu Nacional, RJ (mimeo)

1977(a)- "Os Clandestinos e os Direitos", tese de doutoramento, Universidade de São Paulo, SP (mimeo)

1977(b)- "A Percepção do Salário entre Trabalhadores Rurais", in Pinsky, Jaime (org.), Capital e Trabalho no Campo, Hucitec, SP